UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GREYCE KELLY FERNANDES DE ALMEIDA

A DESCOBERTA DA JUVENTUDE PELA CUT EM SEUS DOCUMENTOS.

Rio de Janeiro – 2008

GREYCE KELLY FERNANDES DE ALMEIDA

A DESCOBERTA DA JUVENTUDE PELA CUT EM SEUS DOCUMENTOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Gil Esteves.

Rio de Janeiro – 2008

Almeida, Greyce Kelly F.
A descoberta da juventude pela CUT
Greyce Kelly F. de Almeida – Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

84f. 30cm.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
Bibliografia: f.81-84.

1.Educação. I. Título.

CDD

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: População de 15 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos -Brasil-1940/1996..... .....
.....13
Tabela 2: Nível de ocupação segundo a idade-Comparação entre 1996 e 2006.....28
Tabela 3: Organograma Organizativo da CUT.....39

Para Deus.

LISTA DE ABREVIATURAS

CUT -Central Única dos Trabalhadores

SEPE/RJ-Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

UFF-Universidade Federal Fluminense

LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CRFB/88- Constituição da República Federativa do Brasil

OIT-Organização Internacional do Trabalho

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistíca

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

DIEESE-Departamento Intersindical de estatística e Estudos Sócioeconômicos

PNAD-Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Educação,Ciência e Cultura

IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

ONG – Organização Não-Governamental

ITUC– Internacional Trade Unicon Confederatinon

CONCUT – Congresso Nacional da CUT

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

UNE-União Nacional dos Estudantes

UBES-União dos Estudantes Secundaristas

UJS-União da Juventude Socialista

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PROJOVEM-programa Nacional de Inclusão de Jovens

PNF-Política Nacional de Formação

PEA – População Economicamente Ativa

PJSIS-Projeto Juventude ,Sindicalismo e Inclusão

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO..... 10

CAPÍTULO II: O QUE SIGNIFICA SER JOVEM TRABALHADOR? 15

2.1Juventude: o que é isso? 15

2.2-Juventude, escola e educação..... 23

2.3-O jovem e o binômio trabalho/educação..... 28

2.4-O jovem trabalhador: Algumas pistas da construção desse conceito..... 36

CAPÍTULO III-A CUT ENTRA EM CENA..... 42

CAPÍTULO IV-A JUVENTUDE ENTRA EM CENA..... 55

CAPÍTULO VI- ANALISANDO AS POLÍTICAS SOCIAIS E SINDICAIS PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA.....72

CAPÍTULO VII.CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 75

CAPÍTULO VIII -REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS..... 81

RESUMO

A partir dos anos 90, a Central Única dos Trabalhadores – CUT avança no campo das políticas sociais, lutando não apenas por questões salariais e pela garantia do emprego, mas promovendo ações que visam o desenvolvimento e bem-estar individual e coletivo da população. Assim, na agenda da Central, ganham destaque temas como a educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), saneamento, meio ambiente, cultura, lazer e etc. Para que os dirigentes sindicais possam formular propostas alternativas e, portanto, interferir nas políticas sociais implementadas pelo poder público, além da discussão sobre mulheres, negros e deficientes físicos, entra em pauta o debate sobre a juventude trabalhadora. Por este caminho, em termos mais específicos, a busca desta pesquisa é compreender, no cotidiano da prática sindical, como a CUT, a maior central sindical da América Latina, implementara as suas políticas sindicais como um processo educativo formado de jovens cidadãos, os quais, para além de apenas se construírem como força de trabalho, educam-se, e constroem sua identidade numa complexa rede de relações sociais. Espera-se, assim, contribuir para repensar a formação da juventude, no sentido de sua atuação dentro dos movimentos sindicais, uma vez que a Central é o lócus da sindicância. Além do mais, no movimento em que se discute, em diferentes fóruns governamentais e redes de movimentos sociais, o tema "política pública para a juventude", parece ser relevante compreender a formulação de ações para esse segmento, tão numeroso quantitativamente em nosso país por aquela que é considerada a nona maior central sindical do mundo.

I. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema relativo ao processo educativo de jovens no espaço do movimento sindical na Central Única dos Trabalhadores - CUT surge de minha atuação como representante da categoria de professor (a), primeiramente no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro-SEPE/RJ e na própria CUT.

A atuação no movimento sindical como jovem sindicalista deu-se aos 22 anos, ao ingressar no mercado de trabalho assalariado como professora regente das séries iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A base política que adquiri ao longo de minha vida de militância estudantil e partidária fez com que aprendesse a necessidade de entender e intervir na realidade ao meu redor, de modo a contribuir, como educadora, para a construção de uma sociedade includente e igualitária.

A prática no movimento sindical despertou-me o interesse em desenvolver, no trabalho de conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Federal Fluminense - UFF, uma reflexão a respeito das políticas sindicais para a juventude, intitulada "Trabalho e educação: políticas sindicais para a juventude". Agora, no Mestrado em Educação, procuro dar continuidade à análise desse objeto, refletindo sobre o processo educativo da Central Única dos Trabalhadores para os jovens através de sua política sindical - o que, em decorrência, implica na análise do próprio conceito de juventude formulado pela CUT -, confrontando-o com o papel atribuído à educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – LDB/96, qual seja, a formação do homem crítico, participante e capaz de transformar a sociedade excludente em que vivemos.

Em termos mais específicos, o que se busca é tentar compreender, no cotidiano da prática sindical, como é concebido o processo educativo de formação da juventude, através do desempenho de práticas juvenis no âmbito da cidadania, do mundo do trabalho e da formação humanística como um todo. Espera-se, assim, contribuir para repensar a formação da juventude no sentido de sua atuação dentro dos movimentos sindicais, uma vez que a Central é o lócus da sindicância.

Além do mais, no momento em que se discute, em diferentes fóruns governamentais e redes de movimentos sociais, o tema "política pública para a juventude", parece ser de extrema relevância compreender a formulação de ações para esse segmento, tão numeroso quantitativamente em nosso país, por aquela que é considerada a nona maior central sindical do mundo.

O período a ser aqui analisado é compreendido entre os anos de 1983 e 2007, tempo este que corresponde a 24 anos da existência da Central e que inclui o atual mandato empossado em 2006. Procura-se, assim, recuperar a trajetória histórica da inserção da discussão das políticas sociais na CUT, através de um olhar especifico sobre a juventude trabalhadora, desde a fundação do Órgão, em 1983, quando têm inicio as discussões de questões relativas à juventude no interior da Central.

O estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa. É um trabalho exploratório e retrospectivo, no qual se procura dar uma primeira aproximação do tema, por meio da análise de informações de documentos e registros ocorridos no passado, informações estas disponibilizadas, em sua totalidade, em Resoluções e Deliberações dos Congressos e Plenárias, instâncias máximas da Entidade. Além desse material, tomam-se também como fontes outras produções da Central Única dos Trabalhadores (Cadernos de teses, Revista Forma e Conteúdo, textos de análise, relatórios, publicações em livros), bem como publicações e produções de estudiosos do assunto. Através da revisão dos referidos documentos, acredita-se encontrar respostas para as questões aqui formuladas, percebendo-se o que está por trás dos mesmos. Ou seja, indo além das aparências do que é sendo imediatamente comunicado (Minayo, 1996, p. 74).

Considerando que a população jovem é representada por cerca de 1,2 bilhões de pessoas em todo o mundo, entendemos a necessidade de estudar a juventude como uma categoria sociológica que abarca diferentes grupos que se unem através de elos, experiências comuns, comportamentos, características de indivíduos dentro de um contexto temporal e social, cujo resultado é a formação de um todo composto por juventudes diversas.

O artigo 205 de nossa Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil - CF/88, preconiza que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Por sua vez, Souza (2002) conceitua a educação como o processo de aquisição de conhecimentos necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza e com outros indivíduos. Tal ação ocorre, dentre outros fóruns, no contexto do processo de trabalho e dele é fruto. Nesta lógica, se por um lado, a aquisição de conhecimentos constitui um instrumento necessário e essencial ao desenvolvimento do trabalho, por outro, o próprio conhecimento se inscreve como parte do contexto de tal processo.

Tal concepção, que imbrica organicamente trabalho e educação, também se verifica na LDB/96, que, em seu título V, capítulo 2, art 22, estabelece: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

Na visão de Corrochano (2007), a escola tem como tarefa a preparação para o trabalho. Entretanto, é muito comum nossas crianças e jovens serem vistos apenas como alunos, quando sabemos que, na verdade, muitos deles também são trabalhadores. Assim sendo, entende-se que a escola deve preparar seus alunos para o futuro, sem esquecer, no entanto, do tempo presente...

A escola não é, entretanto, a única instituição responsável por tal processo de socialização. Segundo Brandão (1985), não há uma única forma nem um único modelo de educação, sendo que a mesma pode ocorrer em diferentes lugares, como em casa, na rua, igreja, associações de moradores, partidos políticos, sindicatos etc.

Com os avanços da ciência e da tecnologia, e a partir dos anos 90, o capital tem sido obrigado a reestruturar a organização das forças produtivas e a redefinir o modo de regulação de suas relações de produção. Quando analisamos as transformações em curso no mundo do trabalho, percebemos o quanto essas transformações têm influenciado a economia e a política nacional e interferido na vida da maioria da população brasileira.

Assim, observamos um aumento dos índices de desemprego e uma intensa precarização no mercado de trabalho, sendo que o segmento que mais tem sofrido com a crise do mercado de trabalho assalariado frente às reestruturações produtivas é o juvenil. A Organização Internacional do Trabalho - OIT (2007) reafirma essa questão, revelando que o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos na América Latina é quase três vezes maior que o desemprego entre os adultos. Quando a CUT assume a discussão em torno da juventude, leva em consideração tal informação, assumindo uma forma organizativa que prioriza um processo, **que, em última instancia, é educativo**, capaz de proporcionar sua inserção no movimento sindical.

Carrano (2007) também afirma que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que esta não conta com a experiência prévia requerida pelos empregadores, e, em grande média, se lança no mercado com baixa escolaridade e sem a qualificação profissional adequada.

A discussão sobre a juventude tem sido bastante significativa em diversos fóruns, tanto

governamentais quanto da sociedade civil organizada, com o intuito de se elaborarem projetos e políticas direcionados a esse segmento, visando garantir direitos e cobrar sua verdadeira efetivação. Carrano (2007) avalia que os programas de políticas públicas para a juventude elaborados nos últimos dez anos, tais como o Primeiro Emprego, foram muito pouco significativos. Assim como Abramo (1997), afirma que, em sua grande maioria, são raras as experiências que consideram os jovens como interlocutores significativos em sua formulação e implementação. Em geral, as políticas são constituídas para os jovens sob a ótica dos problemas definidos pelo mundo adulto, e não sob a ótica dos direitos da juventude.

Apesar das avaliações e críticas negativas no tocante às formulações e implementações de políticas públicas para a juventude, são inegáveis os avanços, principalmente na esfera federal, no sentido de se discutir um assunto antes colocado à margem nas prioridades governamentais. Deste modo, tendo em vista a "novidade" de tal temática, torna-se imprescindível e primordial escutar o que os próprios jovens têm a dizer sobre o assunto.

Diante de tudo o que foi até então exposto é que, neste estudo, fazemos coro com a afirmação de Vaconcellos (2007), quando este sublinha que "os direitos da juventude são um campo ainda em construção. Precisamos constituir os direitos primeiros, para que possamos nos preocupar em defendê-los".

***

Em termos de organização, além deste texto introdutório, o estudo encontra-se organizados em partes distintas, cujos conteúdos encontram-se brevemente resumidos nos tópicos que se seguem.

- No primeiro capítulo faz-se uma breve revisão acerca do conceito de juventude, reiterando-se a importância de se discutir sobre um segmento populacional de grande relevância, bem como suas particularidades em diversos contextos sociais, resgatando seu sentido demográfico, histórico e cultural. Nesse item, também é analisada a relação da juventude com o mundo escolarizado, através da instituição social formal que é a escola, articulando esse segmento da população com o binômio escola/mundo do trabalho, no intuito de discutir tanto o direito social e humano de acesso a esse espaço como analisar os dados de exclusão desse segmento da população a essa instituição social de democratização do conhecimento.

- No segundo capítulo, realiza-se uma breve análise do surgimento da Central Única dos

Trabalhadores. Tal análise é pautada no período histórico de resgate da democracia, ou seja, final dos anos 70 e início da década de 1980, num contexto sócio-histórico no qual a Central entra em cena como protagonista na sociedade brasileira - em especial, no movimento sindical - a partir da introdução de lutas pautadas em políticas sociais, traduzidas pela percepção da necessidade de implementação de reivindicações amplas em torno do cidadão-trabalhador. Nesse capítulo também analisamos o aparecimento da discussão em torno da juventude no interior da Central, através das resoluções dos congressos e das plenárias.

- No terceiro capítulo, analisar-se-á o movimento de militância do jovem na CUT. Procura-se, assim, verificar as expectativas desse segmento diante das incertezas que o sistema capitalista lhe impõe, através das várias exclusões sociais que o vitimam, como também os mecanismos adotados no combate a essa exclusão, especialmente através das políticas sindicais traçadas pela entidade para esse segmento.

- No capítulo quarto, verifica-se a relação entre a Central, a juventude e a educação. Tal empreitada realiza-se por meio da análise de documentos deliberativos dos congressos e resoluções, em busca de uma compreensão do processo formativo desses jovens através da política sindical da CUT.

- Em seguida, apresentam-se as considerações finais, parte em que são sistematizadas as conclusões e/ou recomendações provenientes das análises que foram efetuadas ao longo do estudo.

- Finalmente, fecha-se o trabalho com a bibliografia, aonde são listadas as obras consultadas para a sua elaboração.

II. O QUE SIGNIFICA SER JOVEM TRABALHADOR?

II.1 Juventude: o que é isso?

Dissertar sobre a concepção da Central Única dos Trabalhadores a respeito da juventude, bem como sobre suas perspectivas quanto ao processo de formação política educativa para essa parcela da sociedade, obriga a uma revisão do significado atribuído ao ser jovem na contemporaneidade.

De acordo com o Censo Demográfico Brasileiro da População Jovem no Brasil, realizado em 1999 pelo IBGE, em que é feita uma análise da tabela 1, reproduzida a seguir:

> "A dimensão demográfica pôde perceber a evolução do contingente juvenil de 15 a 24 anos. Em 1940, tal grupo etário era composto por 8,2 milhões de pessoas; depois de 30 anos, já somava 18,5 milhões. Em anos mais recentes 1991 e 1996, que se evidencia o impacto das estruturas etárias passadas sobre a derivada do Censo Populacional de 1996. Se um período de 11 anos esses jovens incrementaram-se em 3,5 milhões, significando uma variação de percentual de 1980 e 1991 de 13%, mas em apenas cinco anos (1991-1996) este segmento experimentou um acréscimo de 2,5 milhares de jovens que representando um aumento de 8%." (p. 10)

Tabela 1 – População de 15 a 24 anos de idade, segundo os Censos Demográficos – Brasil – 1940/1996

Ano	População de 15 a 24 anos de idade				
	Total	Variação		Participação	Taxa de
	absoluto	Absoluta	Relativa (%)	em relação à população total	crescimento (%)
1940	8 246 733			20,1	
1950	10 489 368	2 426 352	27,2	20,3	2,4
1960	13 413 413	2 924 048	27,9	19,2	2,5
1970	18 539 088	5 125 672	38,2	19,9	3,3
1980	25 089 191	6 550 103	35,3	21,1	3,1
1991	28 582 350	3 493 159	13,9	19,5	1,2
1996	31 088 484	2 506 134	8,8	19,8	1,7

Fontes: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973, Censo demográfico 1980. Dados Gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Segundo o último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2000, a população jovem na faixa etária de 15 a 24 anos já somava 34 milhões, 80% dela localizada nas zonas urbanas e representando cerca de 20% do total da população brasileira. Ampliando essa faixa até os 29 anos, tal número salta para cerca de 48 milhões. De acordo com a projeção contida nesse mesmo documento, espera-se que tal grupo específico permaneça crescendo muito até cerca de 2010. Mais: com base no Fundo de População das Nações Unidas, no ano de 2003, o Brasil seria considerado como o 5º país do mundo com maior representação percentual da parcela juvenil UNESCO, 2004).

De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007 - O Desenvolvimento e a Próxima Geração (Banco Mundial, 2007):

> "A necessidade de abordar as questões dos jovens está fundamentada também na demografiaem virtude das exigências fiscais do elevado número de jovens atualmente e de sua participação na força de trabalho. Hoje, mais de 1,5 bilhões de pessoas em todo o mundo têm a idade entre 12 e 24 anos de idade e 1,3 bilhão está nos países em desenvolvimento, o maior número da história". (p. 4).

A afirmação anterior do Banco Mundial demonstra uma visão da juventude como uma parcela da população quem vem crescendo em todo o mundo, mas de forma mais significativa nos países em desenvolvimento, o que vem trazendo "preocupações" aos países desenvolvidos sobre como esses jovens serão assegurados financeiramente e como esses países em desenvolvimento irão cumprir com as exigências do mercado.

Diante desse quadro, qual seria o significado de juventude e o que representa ser jovem trabalhador? Neste trabalho, parte-se do princípio de que não se pode tratar a juventude como um sinônimo restrito ao sentido da empregabilidade, mas como um todo com características que podem ser comuns, mas que também possui especificidades.

Bourdieu (1983) alerta para o perigo de se falar nos jovens como se estes constituíssem uma unidade social, ou seja, um grupo com interesses próprios relativos a uma idade definida biologicamente. Esteves e Abramovay (2007) assumem a mesma posição quando, com base nas concepções de Margurlis e Urresti (1996), analisam que existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influência multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Assim, a definição de juventude em hipótese alguma pode ser a mesma para todos aqueles que nela são enquadrados.

Nessa perspectiva, é que se tornaria importante o tratamento da idéia acerca de

juventude em seu plural, ou seja, juventudes. Isto porque, tratar a juventude como um grupo social homogêneo, singular, pode ocultar características e diversidades que devem ser obrigatoriamente reconhecidas. Deste modo, falar em juventude é ter em vista conjuntos de referências que variam de acordo com uma série de condicionantes sócio-culturais e econômicos que simbolizam diferentes realidades. Spósito (1997) confirma tal pensamento, ao teorizar que é impossível recorrer a um só uso dessa categoria, o qual demonstrasse ser capaz de se impor de modo igual a todos os pesquisadores.

Diante desse quadro é que, neste trabalho, não se considera o jovem apenas como um trabalhador, mas como jovem e trabalhador. Por tais especificidades é que se torna importante perceber o que a juventude significa a partir de suas próprias características. Por esse caminho, Carrano (1990) afirma que não se deve compreender a juventude apenas pelo critério da faixa de idade, mas, sobretudo como um elemento de mudança, não apenas de personalidade, mas também da própria sociedade, pois é através dela que se renova a sua tradição.

Segundo Melucci (1996), quer seja a infância, a adolescência, a juventude ou a maturidade, cada etapa da vida tem sua singularidade e características próprias, as quais são resultantes do desenvolvimento biológico e da experiência social, histórica e cultural. Assim, a construção do conhecimento é um processo social histórico, sendo que o acúmulo de experiências está totalmente ligado à realidade que nos cerca.

Na sociedade contemporânea, continua Melucci:

> "(...) a juventude não é tão-somente uma condição biológica, mas uma definição cultural. Incertezas, mobilidades, transitoriedades, abertura para mudanças e todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição parecem ter se deslocado bem além dos limites biológicos para se tornarem conotações culturais de amplo significado, que os indivíduos assumem como parte de sua personalidade em muitos estágios de vida". (1997 p.16).

A especificidade da juventude foi reconhecida em outros tempos, em outras sociedades anteriores à medieval, mas o tempo áureo desse conceito foi sem dúvida, segundo Peralva (1997), a era industrial. Segundo a autora, a partir do momento em que o Estado assume múltiplas dimensões de proteção ao indivíduo, sobretudo na área da educação, é que a escola se torna, no século XIX, uma instituição definitivamente obrigatória e universal, escapando, assim, da iniciativa aleatória da sociedade civil. A partir de então é que ocorre, mais do que nunca, a cristalização social das idades, a qual se constitui um dos mais importantes elementos da

consciência moderna. Neste sentido é que se pode afirmar, de acordo com Áries (apud Peralva, 1997) que a cristalização social das idades emerge com a escolarização, na medida em que esta supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, do mesmo modo que o aprendizado suponha, ao contrário, a mistura e a indiferenciação dos grupos etários.

Essa cristalização social das idades implicou nas primeiras transformações no âmbito da família, em primeiro lugar da família burguesa, através de uma nítida separação entre o espaço familiar e o mundo exterior, sobretudo no que diz respeito ao lugar da criança. Assim, a criança se torna objeto de atenção particular e alvo de um projeto educativo individualizado, que, de certo modo, qualifica o lugar que ela virá ocupar na sociedade adulta posteriormente.

Segundo Cardoso (1991), a juventude é um tema bastante antigo na antropologia e nas ciências sociais em geral. Desde o século passado, a juventude tem sido cadeira cativa da sociologia, em especial da sociologia da juventude.

No conjunto de trabalhos feitos até então, identificam-se duas tendências que se opõem e que sugerem sua sobreposição ou sua alternância de tempos em tempos: de um lado, uma idéia genérica de juventude, levando em consideração somente o conceito biológico e, de outro, uma que valoriza a especificidade das experiências juvenis construída socialmente de tempos em tempo, ou seja, historicamente.

Abramo (1997) evidencia que a concepção de juventude na corrente sociológica constitui uma categoria de análise traduzida como um momento de transição no ciclo de vida - da infância para a maturidade - que corresponde a um momento específico e dramático da socialização em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da cultura e da assunção de papéis adultos.

Segundo Spósito (1997) a definição de categoria juventude encerra um problema passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem como sujeitos são históricos e culturais. A autora continua, reconhecendo que historicamente e socialmente os jovens se constituem de formas diferenciadas:

> "Assim se nos anos 60, a juventude era um 'problema', na medida em que poderia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno de comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70, os 'problemas' de desemprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos

> estudos sobre a juventude, quase transformando-a em categoria econômica.” (p.38)

Entender a juventude como um conceito cultural e histórico, segundo Marques (1997), levará a contextualizar a sua visibilidade como categoria social na sociedade brasileira, no sentido de compreender os diversos processos de construção de sua identidade. Por esta via é que a categoria juventude exigiu uma aproximação com outros estudos que tratam as relações com a cultura, com o consumo, com o lazer, com o trabalho, com família etc. A autora exprime ainda que compreender as diversas formas de socialização e sociabilidade dos jovens é que possibilita gerar novas atividades coletivas.

E como esses jovens pensam, agem, refletem diante de suas próprias ações e movimentos na sociedade?

Segundo Abramo (1997), têm sido constantes as preocupações de diferentes atores políticos com a juventude, tais como partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais. Entretanto essa preocupação diz mais respeito à ausência de jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões relativas a eles próprios. Acrescenta ainda que essa ausência se justifica pela inexistência ou fraqueza na participação de atores juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades e as juventudes partidárias), traduzida pela baixa adesão de jovens aos organismos e movimentos políticos.

A juventude recebe influências variadas, participando da dinâmica da sociedade em diversas estratégias diferentes, seja na condição de atores sociais e políticos ou manifestando diversas formas de expressão e identidades. Essa participação juvenil tem assumido, ao longo da história, características de oscilação, alterando períodos de visibilidade pública, retração e invisibilidade (UNESCO, 2004). Além desse distanciamento político, enxergamos um distanciamento crítico dos jovens a respeito das principais instituições públicas (partidos políticos, parlamento, justiça, polícia e outros), o que indicaria que se trata de um problema mais ligado a essas instituições e à sua dinâmica específica na sociedade atual, e não, simplemente, de um posicionamento apático dos jovens.

Complementa Abramo (1997) que a chamada “apatia juvenil” se relacionaria mais com a desilusão provocada por essas próprias instituições, as quais estariam se associando, cada vez mais, a problemas relacionados com a corrupção, a falta da transparência e a ineficácia na gestão.

O jovem seria o futuro do país? Ser jovem significa ser revolucionário?

Ribeiro (2007), ao abordar a juventude numa perspectiva histórica, situa a valorização do jovem no século XVIII, no período em torno da Revolução Francesa. Até então, a sociedade perseguia padrões estéticos muito mais identificados com a velhice.

Com a ascensão do modo de produção capitalista, e conseqüente imposição de suas respectivas normas de organização sócio-econômica e política, tudo o que caracterizava o Antigo Regime - como a mentira, o preconceito e a servidão - cede espaço à idéia do novo, que é associado à liberdade, à democracia e à vida. É nesse contexto de grandes novidades que se difunde a noção de felicidade diretamente associada à de transformação, sendo que a juventude passa a representar um valor importante[1]. Daí é que se origina a associação entre juventude e revolução, na medida em que, durante boa parte do século XX, fazer revolução tenha sido uma das grandes "atribuições" conferidas aos jovens.

A juventude é uma construção social relacionada com as formas de ver o outro, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, entre outras. Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas. Um desses grupos - e o único reconhecido socialmente, até os anos 1970 - foi o de estudantes universitários e do ensino médio. Privilegiando a categoria estudante, construiu-se uma identidade limitada de jovem, fragmentando os diversos mundos por onde ele transita, como o lar, a rua, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil.

Foram, entretanto, os movimentos estudantis, tradicionalmente vistos como representação da juventude, que propiciaram aos jovens a participação no cenário social e político na qualidade de protagonistas, em particular, no enfrentamento da ditadura, na busca de uma sociedade mais democrática e por mudanças sociais.

No caso da América Latina, segundo Ianni (1968), a juventude se torna visível somente a partir de 1960, com a crise do modelo econômico excludente que atingiu a maioria dos filhos de trabalhadores.

> A história do capitalismo tem sido a história do advento político da juventude. Para instaurar-se, ou durante seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de forma tão drástica as condições de vida de grupos humanos, que a juventude torna-se rapidamente um elemento decisivo dos

[1]Por esse caminho, Sanchis (1999) acrescenta que a juventude, como categoria sociológica relevante, é um fator recente ligado à consolidação das sociedades industriais avançadas. Até o final da Segunda Guerra Mundial, havia jovens, mas não a juventude. Logo, é a partir de 1945 que a juventude, da forma como a conhecemos hoje, começa a se converter em objeto efetivo de reflexão e análise.

movimentos sociais. (p.159).

Se entre as décadas de 1960 e 1970, os estudiosos da sociologia da juventude, como o autor antes referido (1986), acentuam que a condição juvenil era mais identificada pelos jovens universitários, filhos da classe média, que desenvolviam uma postura crítica e transformadora perante a sociedade, a partir dos anos 1980, entretanto, e de acordo com Abramo (1997), a juventude se apresenta carente de idealismo e de empenho transformador, sem demonstrar maior interesse pelas questões públicas ou coletivas.

Nesse sentido, Spósito (1997) analisa que com o agravamento da crise social, com a diminuição do poder da mobilização dos movimentos populares, o momento histórico impõe a busca de outros referenciais para a compreensão das novas ações coletivas que se administram em meio à crise dos modelos impostos. Nesse panorama, as questões de juventude alcançam outras dimensões. Spósito prossegue, afirmando que os pesquisadores estão mais preocupados em perceber as formas do agir coletivo dos jovens, os diversos processos de socialização nos espaços da cidade, da rua, do trabalho, da escola, procurando dirigir suas análises particularmente aos filhos da classe trabalhadora, que são atores sociais portadores de novas identidades sociais.

Sandoval (1996) acrescenta que o conceito de juventude gerado pelo modelo urbano industrial de desenvolvimento se baseia na transformação das relações existentes entre a família e o trabalho, no que se refere ao processo de socialização. Tal transformação se dá quando o processo de sociabilização passa a ser de responsabilidade da educação e esta é concebida como um meio de formar mão-de-obra qualificada para o modelo de vida urbana, para as ocupações que requerem um certo grau de escolaridade. Nessa concepção, a educação escolar do jovem tem um papel muito importante, pois atua como um "tempo de espera", ou seja, um tempo de preparação do jovem para a saída da infância e entrada na idade adulta.

Manhein (in Cardoso, 1991) concebe a juventude como um período de transição entre a vida de dependência da criança e a autonomia da vida adulta. Segundo ele, existiria um problema na adolescência em nossa sociedade, representado pelo conflito entre o desejo de autonomia do jovem e a insistência em manter a dependência. O autor, ao conceituar problemas sociológicos das gerações a partir da intersecção entre o processo histórico e o ciclo vital individual, coloca em questão justamente o problema de transmissão e herança cultural. Assim, estabelecendo a descontinuidade das gerações como um fato social básico, encontra uma relação direta entre o ritmo de mudança social e difusão de novas atitudes e a proliferação de

estilos jovens.

Tal processo teria início no interior dos grupos concretos, capazes de elaborar o material de suas experiências comuns - por meio de estilos, comportamentos ou slogans, um gesto expressivo, proporcionando uma expressão adequada de uma situação comum a uma geração. Com isso, criam-se ligações entre indivíduos socialmente distintos, configurando unidades de geração diferenciadas, ao mesmo tempo em que se inicia um elo entre essas diferentes unidades dentro de uma geração real, uma vez que está orientada uma em relação às outras.

Minayo (1999) enxerga a juventude como um período de transição, no qual o jovem oscila entre as reminiscências de suas características "infantis" (corpo, gestos, prazeres) e as novas obrigações do mundo adulto em que está ingressando, traduzidas pelas cobranças da sociedade (vestibular, primeiro emprego, mudanças no comportamento em geral).

Com base nos argumentos anteriores é que se pode afirmar, de acordo com Sanchis (1999), que a juventude é uma categoria sociológica, não uma categoria de idade. É um processo em longo prazo, no qual um indivíduo, fisiologicamente maduro para realizar as funções físicas de um adulto em coletividade, adquire habilidades necessárias para desempenhá-las com base em uma determinada forma social. Para compreendermos o conceito de juventude nos dias atuais, é necessário que saibamos assumir uma perspectiva de geração traduzida por uma nova forma de perceber a juventude em suas relações com outros grupos sociais. Assim como a perspectiva de gênero não está restrita às mulheres, dizendo respeito à eqüidade nas relações entre homem e mulher, a perspectiva de geração aponta para novas relações entre todos, a fim de proporcionar aprendizagens e ressignificações mútuas.

Segundo Esteves e Abramovay (2007), as diferentes juventudes não são apenas estados de espírito, mas sim realidades palpáveis, que têm sexo, idade, fases, anseios, etc., entronizadas num período de tempo cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações. Nesse sentido os autores refletem que a realidade social demonstra que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Diante dessa linha de pensamento, o conceito de juventude é, antes de tudo, uma construção social, ou seja, produção de uma determinada sociedade, originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta oriunda de fatores históricos conjugados a diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, entre uma série de outros aspectos.

Segundo Marques (1997), no Brasil a maioria dos estudos dedicados aos jovens tem voltado a atenção para as relações entre trabalho e educação. Nesses estudos, os jovens são identificados como trabalhadores e a escola como instituição a serviço do capital. Assim, o tratamento da juventude deveria ser feito além das relações trabalho e escola, pois aquela categoria se apresenta, cada vez mais, como uma problemática cultural e política.

Diante do que foi até agora exposto é que procuramos, neste estudo, dar ênfase ao jovem no máximo possível de sua integralidade. Ou seja, como jovem, trabalhador e cidadão, com suas experiências individuais e posições políticas situadas no contexto em que ele próprio se encontra inserido.

II.2- Juventude, escola e educação.

Como já ressaltado, hoje, mais do que nunca, a questão da juventude salta aos olhos de todos. Pode-se dizer que os 32 milhões de jovens existentes no Brasil (IBGE, 2000) convivem com enormes diferenças quanto à sua própria condição de existência, traduzidas, entre uma série de outros aspectos, pelo acesso restrito à educação de qualidade e pelas frágeis condições de permanência nos sistemas escolares; pela inadequação ao mundo do trabalho; pelo envolvimento com drogas; pela gravidez precoce; pela morte por conta das chamadas causas externas (homicídios, acidentes de trânsito e suicídio) e pelo reduzido acesso a atividades de esporte, cultura e lazer etc.

Quanto mais se aproxima da idade adulta, mais o jovem dos chamados países periféricos se afasta dos bancos escolares, conforme atesta o estudo a seguir:

> "Aos 12 anos, mais de 85% de todas as crianças dos países em desenvolvimento freqüentam a escola, uma proporção que diminui à medida que ficam velhas. Quase todas estão fora da escola aos 24 anos. O que elas aprendem quando criança permanece para toda a vida e é muito mais difícil dominar esses conhecimentos quando tentam fazê-lo na idade adulta. As aptidões são desenvolvidas muito cedo pelos pais, que depois levam seus filhos para as pré-escolas e escolas de ensino fundamental. O caminho que se espera é o nível médio, quando são tomadas as decisões sobre o ingresso na força de trabalho, casar-se e cursar o ensino superior. Essas decisões podem necessitar de apoio do governo, porque alguns ganhos da escola beneficiam a sociedade mais do que os indivíduos". (Banco Mundial, 2007, p. 11 e 12).

Por se tratar de pesquisa cujo foco de interesse é a educação política formulada para os jovens no interior de uma central sindical - no caso, a Central Única dos Trabalhadores -,

analisar-se-á nos documentos deliberativos dos seus Congressos e Plenárias, a compreensão do processo formativo desses jovens através das políticas sindicais. Deste modo, pode-se dizer que o lócus deste estudo situa-se, mais precisamente, no campo educacional não-escolar. Apesar disso, face à importância que o binômio escola/educação assume no imaginário social, cumpre fazer aqui algumas breves considerações sobre o mesmo.

No que concerne ao aparecimento da escola e sua permanência na condição de uma das mais importantes instituições sociais da contemporaneidade, é interessante pontuar alguns aspectos de ordem mais histórica. Inicialmente, na antiguidade, tanto grega como romana o modo de produção comunal, chamado "comunismo primitivo". Não havia classes e tudo era feito em comum. Na medida em que o homem se fixa na terra, que consistia o principal meio de produção, dá-se início ao processo de apropriação privada desta e a conseqüente divisão dos homens em classes. Assim, é na antiguidade, tanto grega quanto romana, que, com a propriedade privada da terra, aparecem a classe dos proprietários e a dos não-proprietários.

O fato de uma parte dos homens se apropriar privadamente da terra dá a eles condição de poder sobreviver sem trabalhar. Os não-proprietários que trabalham a terra assumem o encargo de manter a si próprios e aos senhores. Tal advento possibilita, assim, o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver. É nesse contexto que surge a escola, cuja tradução em grego significa lugar do ócio. Portanto a escola, nos seus primórdios, foi o lugar daqueles que tinham uma posição diferenciada na sociedade e que, por isso, recebiam uma educação também diferenciada na sociedade. Isto significa que a escola era o lugar de indivíduos que, oriundos das classes ociosas, viviam da exploração do trabalho alheio. Assim, os proprietários de terra possuíam uma educação diferenciada; representada pela educação escolar, ao passo que a educação geral, a educação da maioria, era viabilizada através do próprio trabalho. Ou seja, o povo se educava no processo laboral. Era o aprender fazendo. (Saviani, 1994)

Ainda que a crescente ampliação do acesso das classes populares aos espaços escolares venha historicamente se configurando como um dos mais importantes avanços dos movimentos sociais organizados em busca de mais e melhores condições de vida (Cury, 2000), a escola, ainda hoje, é palco de profundas e acirradas contradições.

A UNESCO (2004), em seu Relatório de Índice de Desenvolvimento Juvenil, informa que em relação à educação são evidentes as conquistas alcançadas na América Latina no que diz respeito tanto à sua cobertura quanto à busca da eqüidade e qualidade do sistema

educacional. No entanto, essa combinação entre possibilidade de acesso à escola e oportunidades, ao mesmo tempo, em que permite ao jovem tomar consciência dos vários caminhos existentes na sociedade, por outro lado, muitas vezes, não lhes dá condições objetivas para aproveitá-las. O resultado disso é um grande sentimento de frustração, que desanima os jovens e os empurra ao abandono do sistema escolar, especialmente, os oriundos das camadas populares.

Segundo Sposito, Silva e Souza (2006), a imensa maioria dos programas e projetos destinados aos jovens admite e valoriza uma ação de natureza sócio-educativa, mas não declara os pressupostos que induzem à sua adesão. A disseminação dessas propostas estaria criando uma via paralela de educação não-escolar para adolescentes e jovens pobres que mereceria ser objeto de debate.

Linhares (1997) adverte que a lógica de permanência na instituição escolar, no que diz respeito tanto ao espaço físico quanto à cronologia do tempo, ou seja, a permanência desses alunos no sistema, não garante sucesso à classe trabalhadora. Por este caminho, sublinha que a escola é equivocadamente sinônimo de empregabilidade e mobilidade social. Acrescenta que uma face da tradição escolar brasileira demonstra a preferência dessa instituição pelos ricos, pelos poderosos e, mais recentemente, pelas classes intermediárias, o que põe a nu o seu lado mais perverso e atuante em nossa sociedade, aonde a exclusão das camadas populares vem sendo determinada, concreta e historicamente, pelos interesses concentradores de bens e capital que a dominam.

No que diz respeito ao tipo de formação oferecido pela escola pública no sistema capitalista, esta, conforme ainda postula Linhares (1997), seria direcionada por uma concepção produtivista. Ou seja, teria por objetivo central desenvolver habilidades de conhecimento, valores e atitudes direcionados a uma formação capaz de assegurar, predominantemente, a empregabilidade do indivíduo no mercado de trabalho.

Segundo Saviani (1994), é sabido que a educação praticamente coincide com a própria existência humana, visto que as origens da primeira se confundem com as origens do próprio homem. Portanto, para o homem continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho, o qual, conforme já aqui apresentado, encontra-se intimamente relacionado ao processo educativo.

Souza (2002, p. 59) conceitua educação como o processo de aquisição de conhecimentos

necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza e com outros indivíduos. Tal processo de aquisição ocorre no próprio contexto do processo de trabalho e dele é fruto. Nesta lógica, se, por um lado, a aquisição de conhecimento constitui um instrumento necessário e essencial ao processo de trabalho, por outro, o próprio conhecimento constitui contexto desse processo.

Tal concepção, que imbrica organicamente trabalho e educação, pode também ser confirmada na atual LDB (Lei 9394/96), que, em seu Título V, Capítulo 2, Art. 22º, estabelece: "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

De acordo com Brandão "Não há uma única forma nem um único modelo de educação: a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante".(1985, p. 9). Diante dessa reflexão, depreende-se que a educação pode ocorrer em diferentes lugares, tais como em casa, na rua, na igreja, na escola, sindicatos, partidos políticos, associações de moradores etc., sendo que o processo educativo pode ser revolucionário, libertador, mas também assumir caráter opressor e perpetuador das desigualdades sociais.

Neste trabalho, a educação é concebida como um processo construtivo e permanente, capaz de articular conhecimentos sistematizados, científicos, com conhecimentos oriundos do cotidiano. Sua compreensão também se dá numa perspectiva mais ampla, tal como estabelece a Constituição Federal de 1988, que, no artigo 205, a define como um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na busca de atingir esse corolário, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96), estabelece, em seu no Título 1, Artigo 1º, o seguinte: "A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."

Segundo Freitag (2005 p.53): "Toda concepção de educação é válida, desde que conscientizada como um investimento lucrativo para as empresas privadas". Na visão marxista,

os investimentos feitos para aprimorar a força de trabalho, sob forma de "qualificação de mão-de-obra", devem ser vistos no contexto da produção capitalista. Assim, a força de trabalho não é qualificada no interesse do trabalho, a fim de que este contribua para melhorar a vida dos trabalhadores, tornando-os independentes e aptos para participar das relações de trabalho vigentes, mas sim visando aprimorar e tornar mais eficazes as relações de dependência entre o trabalhador e o empregador.

Sanchis (1999) alerta que a educação, por si só, não pode resolver os problemas do desemprego, uma vez que cumpre apenas papel complementar e marginal. Ou seja, embora a educação seja vista como um dos fatores preponderantes para a obtenção do sucesso, elevação do status social, sabemos que a escolaridade não é individualmente responsável e eficaz rumo a esse objetivo. Porém, é provável que o sistema educacional esteja contribuindo de forma notável para a redução da gravidade do problema, mediante ampliação da escolarização, com a qual se diminui a pressão sobre o trabalho e, relacionando a ele, a geração de postos de trabalho para atender a expansão da educação**.**

A educação, na condição de política social do Estado capitalista, tem respondido às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído num instrumento concreto de emancipação da classe trabalhadora. De acordo com Neves (1994):

> "Isto significa admitir, que de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados (...) como também com o nível de desenvolvimento e das relações de produção". (Neves, 1994, p. 16).

Souza (2002) considera que existe uma luta entre capital e trabalho na concepção e na política de educação para a classe trabalhadora. E, nesse embate, a escola, ao mesmo tempo em que forma os intelectuais orgânicos da burguesia, forma também os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Nesse sentido, é pertinente falar na existência de duas distintas concepções educacionais: uma pautada pela ótica do capital e outra pautada pela ótica do trabalho.

II.3 – O jovem e o binômio trabalho/educação

Neste estudo, considera-se "trabalho" uma categoria que exprime uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói e reconstrói as suas próprias condições de existência.

Segundo Andrade (2000), a pergunta "o que é ser jovem na atualidade?" traz angústias e questões, como, por exemplo, o desemprego, ao mesmo tempo em que também reflete as diferenças do "ser jovem" na contemporaneidade. Desde algumas décadas atrás, o conceito de ser jovem hoje é associado à ausência do emprego. A empregabilidade é, portanto, algo que havia no passado e que não existe mais.

As abordagens predominantes do século XX a respeito da crise do trabalho explicam o mercado de trabalho formal através das teorias econômicas dos Neoclássicos e dos Keynesianos. Os Neoclássicos teorizam que só existe desemprego quando os trabalhadores insistem em exigir salários superiores à produtividade marginal do trabalho. Sua proposta enfatiza a questão da educação. Segundo eles, a escolha do indivíduo é o que determina o seu grau de instrução, sendo que o mesmo é um dos principais fatores determinantes de sua renda. Por conseqüência, a renda de cada indivíduo é determinada pela educação, que pode ser maior ou menor dependendo do cálculo de desembolso e receitas futuras feitos por cada um. É nessa teoria que surge o conceito de capital humano, que prega a máxima de que todos nós somos empresários pessoais num mundo onde os competentes prosperam e os demais, nem tanto.

Os Keynesianos acreditam que o desemprego se trata de um fenômeno voluntário, que se corrige pela redução de salários, cujo mercado competitivo é seu ponto de equilíbrio e onde todos os que aceitam a taxa de salário real vigente encontram emprego (Revista Princípios, 2000).

Todas essas teorias incorporadas ao nosso dia-a-dia fazem com que os jovens se culpem diante da crise de empregabilidade, isentando o Estado e o sistema capitalista de qualquer contribuição para a miséria e desigualdade social. Mais: estendem ainda essa incumbência aos familiares, atribuindo ao grupo afim, segundo Gonçalves (*apud* Esteves e Abramovay, 2007, p. 44-45), "expectativas que nas sociedades centrais são compartilhadas por outras instâncias sociais; a retratação do público reforça o privado e faz com que repousem no sujeito e no núcleo familiar as forças de agregação social". Assim:

> Na ausência do público como fonte de suporte para a vida social, até mesmo no que diz respeito ao controle da criminalidade, o jovem ressente-se da ausência do Estado. Diante de um poder público que não tem feito muita coisa, refluem sobre a família todas as expectativas de suporte e apoio ". (Gonçalves *apud* Esteves e Abramovay, 2007)".

Cruz (2000), Souza (2002) e Neves (1994) ressaltam que a globalização neoliberal provocou efeitos perversos, sobretudo nos jovens. Há um problema estrutural implicando em

menores possibilidades de emprego e educação, uma vez que a globalização sempre avança contra as políticas sociais. O desmonte do Estado e a ausência da proteção e incorporação dos jovens no mercado de trabalho deterioram as condições de vida e provocam uma crise terrível de socialização. (rever CARRANO)

E é exatamente isto que os números comprovam. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEEESE (2001) e o Ministério do Trabalho e Renda, 26,1% dos beneficiados pelo seguro-desemprego tinham menos de 24 anos e 48% menos de 29 anos. Entre os que recebiam o seguro-desemprego, 71% possuíam o Ensino Fundamental completo, dado esse que comprova, segundo a análise daquelas Instituições, a importância do nível de escolaridade na manutenção do emprego.

Entretanto, devemos ler esses dados estatísticos tendo em mente o que Frigotto e Ciavatta (2002) pontuam a respeito da associação do binômio escolaridade/emprego:

> Afirma-se a idéia de que as crianças das classes populares devem preparar-se, desde cedo, para o trabalho remunerado. Como já não há empregos para todos, ressurge com força a ideologia das competências e da empregabilidade[2]. Com isso, dilui-se concepção de escola básica e unitária como espaço de formação humana e toma-se o trabalho na sua dimensão alienada ou reduzida a emprego ou subemprego. (p. 7).

Por sua vez, Pochman (2000) explicita aqueles que seriam as novas categorias do desemprego na atualidade:

- Desemprego de Inserção: refere-se ao jovem que está à procura de emprego formal. Seria seu primeiro emprego. O desemprego de inserção constitui o primeiro contato do jovem com o mercado de trabalho, após a passagem pelo sistema educacional.

- Desemprego Recorrente: na ausência do emprego estável, encontra, no máximo, uma ocupação temporária, parcial e provisória, por um período determinado, pequeno; um trabalho informal.

- Desemprego de Reestruturação: é a adoção de novos programas de gestão de produção e de organização do trabalho quando da ruptura de cadeias

[2] Segundo Frigotto e Ciavatta (2002, p. 7) o termo empregabilidade é uma construção ideológica violenta, que passa a idéia que o culpado pelo desemprego é o trabalhador.

produtivas, como o fechamento de empresas e a desnacionalização parcial do parque produtivo.

- Desemprego de Exclusão: é a permanência do jovem na condição de desempregado por um longo período.

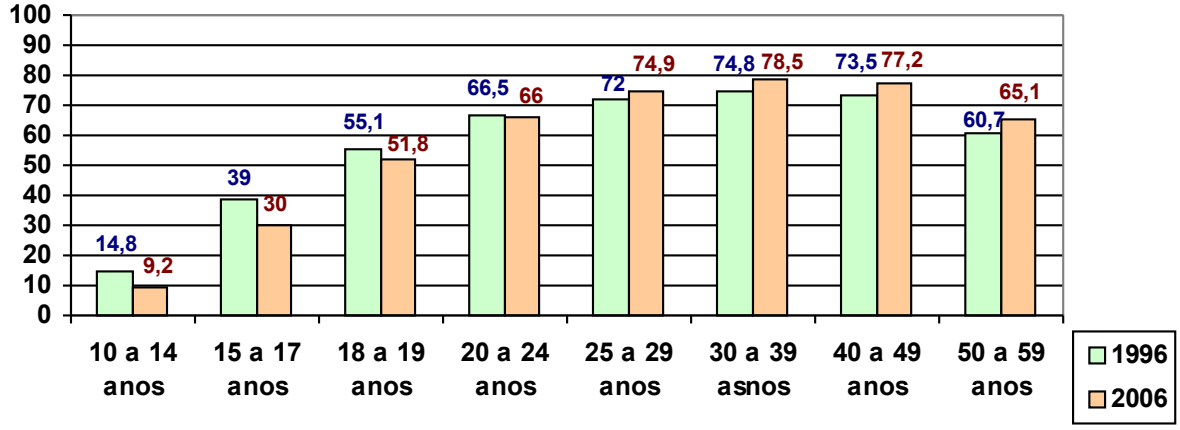
Como combater os efeitos neoliberais, principalmente entre esses jovens marcados pela exclusão social, que são obrigadas a entrar no mercado de trabalho precocemente? Até porque, além de trabalhadores, são jovens que possuem suas especificidades e que não podem ser desconsiderados...

A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD, realizada em 2003, demonstra que 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos não estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Dentre tais jovens, 1,4 milhões (60 %) desenvolviam algum tipo de ocupação; 13%, ou 3 milhões de jovens, declaram-se desempregados, sendo que 55% eram mulheres. As maiores taxas de desemprego encontravam-se nas regiões metropolitanas.

A PNAD de 2006 reafirma os dados anteriores, revelando que o emprego para jovens está pior do que há dez anos atrás. Nas faixas de 15 a 17 anos, o nível de ocupação teve uma redução de nove pontos percentuais, caindo de 39%, em 1996, para 30%, no ano de 2006, o que, aliado às crescentes taxas de matrícula, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, ocorridas nos últimos anos, por parte desse faixa etária, pode sugerir um maior acesso desses jovens à escola.

NÍVEL DE OCUPAÇÃO SEGUNDO A IDADE

Comparação de taxas entre 1996 e 2006, em %



Fonte: PNAD/IBGE

No grupo de 18 a 19 anos, a queda foi de mais de três pontos, indo de 55,1%, em 1996, para 51,8%, em 2006. Por sua vez, os que tinham entre 25 a 29 anos viram sua participação melhorar de 72%, em 1996, para 74,9%, em 2006, no mercado de trabalho.

Os dados do PNAD endossam a análise que a CUT faz a respeito da inserção do jovem de forma precoce no mercado de trabalho e as conseqüências perversas que isso acarreta para esse segmento.

> A nossa juventude é empurrada para o mercado de trabalho antes de concluir o ensino fundamental para complementar o orçamento familiar. E com a crescente precarização das relações de trabalho e a intensificação do desemprego, a maioria desses jovens se encontra desempregada ou subempregada, comprometendo qualquer possibilidade de construção de um futuro com dignidade. (Caderno da Juventude - CUT, 1996, p. 7).

A afirmação da CUT de que os jovens ingressam no mundo do trabalho precocemente vem ao encontro das teorias formuladas por Neves (1994) de que, de fato, a escola acaba servindo tanto ao capital quanto à libertação das classes populares, através da possibilidade do acesso destas aos conhecimentos, aos saberes. Entretanto, quando esse jovem popular é excluído do sistema escolar, inevitavelmente a escola coloca-se a serviço do capital de forma bastante cruel e perversa.

Seguindo por essa mesma linha, Carrano (2006) amplia um pouco mais o foco da discussão, quando acrescenta:

> Os baixos níveis de renda e de capacidade do consumo redundam na busca do trabalho como condição de sobrevivência e satisfação de necessidades para a maioria das pessoas jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como modelo de jovem universal: que se libera da necessidade do trabalho para poder dedicar-se aos estudos, ao associativismo e ao lazer. A trajetória da busca e inserção no mundo do trabalho dos jovens, especialmente das famílias mais pobres, é incerta, ou seja, os jovens ocupam as ofertas de trabalho disponíveis em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. A informalidade é crescente à medida que desce nos estratos de renda e consumo do beneficiário do emprego. O aumento da escolaridade, em geral, coincide com maiores chances de conseguir empregos formais, algo decisivo para os jovens, considerando que o desemprego juvenil, é três vezes maior que o do conjunto da população. Quanto à qualidade do

> ensino, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, a situação é de crescente piora nos índices de qualidade que afeta, de forma mais intensa e preponderante, a rede pública. (p.5)

A PNAD de 2006 revela uma situação surpreendente, ao indicar que nem sempre a elevação da escolaridade implique, necessariamente, em uma maior facilidade de acesso ao emprego:

> "Os brasileiros com mais escolaridade têm dificuldade em encontrar trabalho do que aqueles com menor instrução. A taxa de desocupação entre pessoas com 11 anos de escola ou mais foi de 8,3%. Já entre aqueles com menos de um ano de instrução, o índice foi de 4,1%. Embora a taxa de desempregados seja menor entre os menos escolarizados, essas pessoas não foram tão favorecidas pela expansão do mercado de trabalho entre 2005 e 2006".

Diante desses dados, não há como discordar de Pochmann (1997) quando este advoga que, atualmente, o trabalhador, para encontrar um emprego de qualidade e boa remuneração, necessita, além da educação, de outros elementos que não são dados por ela.

Ainda de acordo esse mesmo autor, a ênfase que é dada à educação, no sentido de esta representar uma porta de acesso ao mercado de trabalho, tem como propósito encobrir fatores da política macroeconômica:

> Uma análise mais profunda sobre os determinantes da distribuição de renda no Brasil levaria, obviamente, a uma avaliação da política do Real, (...) como o governo não tem condição de comprovar imediatamente que tendo educação haverá emprego e melhor renda, joga para o futuro o problema, em vez de avaliar de fato quais são os fatores determinantes. (Pochmann, 1997, p. 37).

Segundo a UNESCO (2004), existe um descompasso entre a educação e as expectativas reais de realização desses jovens no sistema escolar, que se agrava com a inserção destes no mercado de trabalho, já que uma das principais dificuldades que enfrentam é a falta de capacitação apropriada às demandas desse mercado e a falta de experiência que possuem em relação aos adultos. Mais: a elevada seletividade do mercado se aprofunda em períodos de reestruturação da economia. Somando-se a essa situação o escasso interesse recorrentemente demonstrado pelos considerados atores principais do processo produtivo (sindicatos, empresários e governos), ter-se-ia pela frente um panorama nada fácil para a parcela juvenil.

Atualmente, a sociedade costuma ver a juventude de forma conflitante, predominando a visão de que esta é sinônimo de problemas e motivo de preocupação em relação ao futuro do

país. Deste modo, a imagem dos jovens veiculada pelos meios de comunicação e pela opinião pública é, de um lado, a de jovens saudáveis, alegres, desocupados e bem-sucedidos, e, de outro, de pessoas envolvidas com problemas de violência, situação em que predomina uma maioria negra e oriunda dos setores populares.

Essas duas vertentes acabam convergindo para um tipo de visão que considera a juventude individualista, consumista e politicamente desinteressada. Ainda que tal visão não faça jus às variadas experiências de participação que a juventude brasileira vem construindo ao longo dos anos (CASTRO et alii, 2001), alguns dados comprovam essa realidade. Segundo o UNICEF (2002), poucos jovens ainda participam de ações sociais, ou seja, 65% dos adolescentes e jovens de 12 a 17 anos nunca participaram de atividades associativas/comunitárias. De acordo com estudos realizados pelo Instituto Cidadania com jovens entre 14 e 24 anos de todo o Brasil, em 2003, apenas uma minoria deles atua formalmente nos movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e partidos políticos.

Segundo a pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas Públicas e Políticas, realizada em 2006, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, e ao contrário do que diagnostica a PNAD de 2006 em relação ao acesso ao emprego, quanto maior a instrução e o rendimento, maiores são as chances de práticas associativas. Isto significa que os jovens mais escolarizados, de acordo com a essa pesquisa, participam mais de grupos, sendo que o avanço da idade coincide com a diminuição do estímulo e das condições próprias ao associativismo.

Entretanto, esse mesmo estudo aponta que parte significativa dos jovens diz que gostaria de ter mais oportunidades de participar de ações desenvolvidas em contextos sociais, comunitários e cidadãos. Entre as novas formas de participação juvenil, destacam-se: os grupos pastorais e organizações não-governamentais (ONGS), que atuam para transformar o espaço local, bairros, favelas e periferias; a participação em grupos culturais, como grafiteiros, conjuntos musicais etc.; a mobilização em torno de uma causa e/ou campanha, como grupos ecológicos, ações contra a violência, contra a fome etc. e a participação em grupos reunidos em torno de identidades específicas, tais como mulheres, negros, homossexuais etc.

De acordo com diversos autores e instituições (Pochman, 2000; Andrade, 2000; Abramovay, 2001; UNESCO, 2004; Esteves e Abramovay, 2007), o maior problema da juventude na atualidade é a falta de emprego. Abramovay (2001) atesta que em tempos de

incerteza como os que atravessamos, quando o desemprego e a instabilidade das situações profissionais assombram incessantemente a maior parte da sociedade, entrar e/ou manter-se no mercado de trabalho certamente se constituem em algumas das principais preocupações das juventudes contemporâneas.

Esteves e Abramovay (2007) reforçam a idéia acima a respeito do desemprego juvenil, quando teorizam que o acirramento das condições vivenciadas pelas pessoas e produzidas pela sociedade capitalista - tais como a elevação progressiva do tempo de formação escolar, aumento desmedido da competição no mercado de trabalho e a conseqüente escassez de emprego - vem contribuindo para um prolongamento do conceito de juventude, retardando sua entrada no chamado mundo adulto.

Spósito, Silva e Souza (2006) reconhecem e analisam a questão do emprego/desemprego juvenil criticando a associação do tema desemprego com o combate ao crime e ao tráfico que "arrebanha" os jovens desocupados. O tempo livre juvenil aparece como um sintoma de perigo, sobretudo quando está pressuposta a imagem do ócio de sujeitos do sexo masculino, pobres e de origem negra.

Nesse sentido, Frigoto faz uma reflexão da categoria trabalho na ótica do capital e dentro de um convencimento ideológico de apropriação da exploração ao trabalhador:

> Pessoa confiável é aquela que não é vadia, que trabalha e que não fica à toa. A afirmação do trabalho como algo nobre e positivo é fundamental à nova ordem social capitalista. Trata-se de uma maneira de forçar o trabalhador a empregar-se e submeter-se à exploração e alienação. (Frigotto, 2002, p.17).

Bastante interessante é também a colocação desse autor a propósito da diferença existente entre trabalho e emprego, quando associa a primeira categoria ao papel de princípio educativo:

> Trabalho é uma ação tipicamente humana e imprescindível ao homem desde sempre. O trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo às suas múltiplas necessidades. O trabalho possui dupla centralidade, ou seja, um valor mantenedor da vida humana em suas múltiplas e necessidades históricas e como princípio educativo[3]. (Frigotto, 2002, p. 12 e 13).

Segundo Saviani (1994), esse princípio educativo é articulado em três sentidos. Num

---

[3] Alienação é uma palavra que vem do latim e significa transferir a outrem seu direito de propriedade (Frigotto, 2002).

primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Por essa linha, Saviani explica que os modos de produção correspondem aos modos distintos de educar, com uma correspondente forma dominante de educação. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. E, finalmente, no último sentido, ele explica que trabalho é princípio educativo na medida em que determina educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

Rossi (1981) alerta que para compreendermos os tópicos fundamentais de uma concepção de pedagogia libertadora e revolucionária, a partir da ótica marxista, há a necessidade de aprofundamento nos seguintes temas: associação entre trabalho e educação num único processo; educação politécnica, que leva à geração do homem em seus diversos aspectos; inseparabilidade da educação, ou seja, da educação e da totalidade social, incluindo o que poderia ser chamado de crítica da educação burguesa, e uma projeção da relação entre tempo livre e tempo de trabalho, ou entre trabalho e lazer.

A associação entre trabalho e educação é a associação entre trabalho produtivo e educação desde tenra idade, constituindo um dos mais poderosos meios para a transformação da sociedade atual. O trabalho e a educação, assim, tornam-se uma pedagogia do trabalho, baseada na valorização do trabalho e do trabalhador e oposta à pedagogia do capital, cujo objetivo é a valorização do capital e da propriedade.

Partindo do pressuposto de que não se pode ignorar a importância da educação como fator importante para o enfrentamento no mundo do trabalho, como também não se pode reduzir o direito à educação como um sinônimo de empregabilidade, é vital ter em conta que o tempo do jovem deveria ser compreendido entre educação, lazer e cultura, e não apenas como meio de introdução ao mercado de trabalho.

Seria destinado ao jovem somente o direito de entrar no mercado de trabalho formal com o intuito apenas de garantir sua sobrevivência? Marx sinaliza que o trabalho é uma ação tipicamente humana, necessária para a manutenção da sobrevivência social e filosófica da humanidade, cujo objetivo é a existência de um real sentido na vida.

> O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - qualquer que sejam as

> formas de sociedade - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (Marx, 1982, p.50).

Segundo Frigotto (2002), o trabalho não está em crise, mas sim a forma capitalista de trabalho assalariado. O trabalho, na sua dimensão criadora da vida humana, assume no capitalismo a forma de emprego ou trabalho assalariado. E este está sofrendo uma profunda crise, que se manifesta pelo desemprego estrutural e pelo subemprego.

O autor alerta que o desemprego é um problema sóciopolítico do final do século XX. Lembra ainda que, desde o século XVIII, em quase todas as sociedades, ele vem sendo regulado pelas relações sociais trabalhistas.

> Trata-se de um modo de produção social da existência humana que foi se estruturando em contraposição ao modo de produção feudal, e que se caracteriza pela acumulação de capital, mediante o surgimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção.
>
> Para constituir-se, todavia, necessitava - além do surgimento da propriedade privada - da abolição da escravidão, já que era fundamental dispor de trabalhadores duplamente livres, ou seja, de não proprietários de meios e instrumentos de produção.
>
> É dessa relação social que se constituem as classes sociais fundamentais, ou seja, os proprietários dos meios de produção e os não-proprietários, trabalhadores que necessitavam vender sua força de trabalho para sobreviver. Daqui que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado (Frigotto, 2002, p. 16).

II.4 O jovem trabalhador: algumas pistas da construção desse conceito

Diante do que foi até então colocado, em que bases se daria, então, a construção não apenas do conceito de identidade mas da própria noção de jovem trabalhador?

Toda identidade, segundo Marques (1997) é um conjunto de representações que a sociedade e os indivíduos têm sobre aquilo que dá unidade a uma experiência humana, que, por definição, é múltipla e facetada tanto no plano psíquico como no plano social. E essas representações são diferentes, segundo a sociedade, o lugar social que o indivíduo ocupa, segundo valores, enfim, de acordo com a visão pela qual ele interpreta o mundo. Portanto, toda identidade é socialmente construída no plano simbólico da cultura. Ela é um conjunto de relações e de representações.

Esse autor (*idem*, *ibidem*) acrescenta ainda que se queremos pensar a identidade dos

jovens frente aos outros com os quais eles se relacionam, se confrontam, em espaços como a família, a rua, o trabalho etc., temos que pensar qual a rede de significados que a vida social constrói no plano simbólico da cultura. Isto porque tal rede de significados transmite o que os jovens estão dizendo, o que pensam, bem como se aceitam ou não as atribuições que os adultos estão lhes conferindo.

Reafirmando essa subjetividade, Jacques (1997) analisa o conceito de identidade como uma expressão pessoal, que se refere a tudo aquilo que é vivenciado pelo eu em resposta a pergunta "quem és?", sendo tal expressão apreendida através da representação de si mesmo. Para Costa (1989), a identidade constitui-se como um sistema de representações diversas, ou com "múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam, mas com aparência unívoca e estável" (p.**). Ciampa (1987) acrescenta que a etimologia da palavra remete a idem, que no latim significa "mesmo".

Voltando a Jacques (1997), ainda na literatura sociológica, epistemológica e histórica antropológica, a identidade implica na idéia de construção, processualidade, metamorfose, um constante "estar sendo", embora se apresente como "ser". Refere-se a movimentos que dizem respeito à singularidade humana quanto à particularidade de grupos, segmentos, estratos, classes e culturas.

Melucci (1997) adverte que podemos participar de várias identidades: a identidade pessoal, a identidade de pertencer a uma família, uma identidade social etc. O que muda é o sistema de relações ao qual nos referimos e a respeito do qual temos nosso reconhecimento. Assim, o jovem, continua Melucci, tem sua identidade construída na família, na escola, no "pedaço", no trabalho e em diversos outros espaços, sendo que a capacidade de se reconhecer e de se fazer nessas diversas situações consiste no que o autor chama de "afirmação de identidade".

Em termos mais específicos, nesta pesquisa consideramos como juventude trabalhadora o conjunto de jovens filiados aos sindicatos que formam a Central, de diversas categorias, em todo o Brasil, até os 35 anos de idade. Na visão de Bernardo (2007), é preciso esforço para se descobrir quem é hoje o jovem sindicalista, assim como as questões que os mobilizam e como pretendem estruturar sua intervenção no movimento sindical, no espaço do trabalho e na sociedade. O autor também afirma que a CUT ainda não possui muitos elementos para entender quem são, como vivem e o que esperam do movimento sindical esses jovens trabalhadores.

Na concepção de Lourenço (2007), juventude trabalhadora expressa a diversidade existente no conjunto dos jovens trabalhadores, possuindo origens e identidades sociais diversas, convivendo com outros segmentos da sociedade capitalista, constituindo não um grupo homogêneo, mas sim grupos juvenis diversos.

A CUT entende como juventude o período de vida que vai dos 15 aos 35 anos de idade, concepção esta cuja base se assenta na compreensão das múltiplas dificuldades que esse segmento encontra para ingressar ao mercado de trabalho. Nessa mesma direção, Campos (2007) esclarece que a juventude é o segmento mais vulnerável diante da realidade de desestruturação de tal mercado. Assim, destaca que as ocupações que serviam tradicionalmente como entrada do jovem no mercado de trabalho, hoje são disputadas por adultos com maior experiências. Por causa da abundância da oferta de mão-de-obra, dadso os altos índices de desemprego, intensifica-se a discriminação por falta de experiência profissional.

Por sua vez, Dayrell (2007) afirma que no Brasil a juventude não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, como é comum nos países europeus. Ao contrário, para grande parcela dos jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo.O autor continua, dizendo que é comum a iniciação ao trabalho ocorrer ainda na adolescência, por meio dos variados “biscates”, numa instabilidade que tende a persistir ao longo da juventude.

Essa teoria é confirmada ao verificarmos que o desemprego afeta, praticamente, metade dos jovens brasileiros. Segundo pesquisa realizada recentemente pelo Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2008), 46,6% dos jovens brasileiros entre 15 a 24 anos estão desempregados, demonstrando um alto índice quando comparado com países como a Argentina, com 39,6% de jovens nessa situação, e o México, com 40,4%.

A evolução do desemprego juvenil brasileiro vem crescendo desde 1985, quando a taxa de desemprego era de 60%. Tal porcentagem caiu ao longo dos anos 1990, chegando até 43,8% em 2000. O índice voltou a subir em 2005, com o já referido percentual de 46,6%. Segundo o IPEA, o crescimento do desemprego reflete a expansão geral do problema em todas as faixas etárias. Entretanto, o Instituto avalia que não há tendência de aproximação entre as taxas de desemprego dos jovens e adultos, afirmando a taxa de desemprego entre os primeiros cresce proporcionalmente mais.

Com o passar do tempo, o jovem vai aprendendo a se valer de estratégias para a sua

propria sobrevivência, já que vive num mundo capitalista com tantas ofertas e desejos de ter, de comprar, de, enfim, ser inserido no acesso ao poder de compra, fato este decorrente do processo a que os jovens vêm sendo vitimados, ou seja, sua exclusão do mercado de trabalho assalariado.

Spósito in Dayrell (2007) teoriza que o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que "o trabalho faz a juventude", mesmo considerando a diversidade das situações e posturas existentes por parte dos jovens em relação ao trabalho.

Tanto a educação escolar como o trabalho são atividades sociais importantes para a inserção social, fazendo parte do próprio conceito de ser jovem. Representar a juventude numa época na qual essas ações estão sendo afastadas cada vez mais desse segmento coloca-lhes o grande desafio de enfrentar tal exclusão sem se sentirem culpabilizados pelo fracasso e pelo retardamento de sua autonomia social. Esse fator vem desencadeando seu acesso tardio ao mercado de trabalho, visto que tal segmento populacional está sendo excluído da categoria "trabalhador", tornando-se uma reserva de contingente para o sistema capitalista, o que acarreta o ressurgimento de novas formas de trabalhos alternativos e criativos, mas sem os direitos sociais e trabalhistas garantidos, situação que concorre pra enfraquecer ainda mais a luta dos trabalhadores na condição de forma organizativa.

Simões (2007) relata que, desde o início do século XIX, o Brasil vem enfrentando dificuldades para atender a população brasileira, no tocante à garantia dos direitos básicos, principalmente os dos jovens, quanto a uma educação de qualidade. Além do trabalho informal e do subemprego dominarem as relações de produção, verifica-se também a exclusão de muitos desses jovens no que concerne ao acesso e à permanência na educação escolarizada. Tais questões, além de serem inerentes a um tratamento específico no movimento sindical, são também ordens do dia no processo educativo em nível mundial.

Dados do IBGE (2000) comprovam as afirmações de Simões (2007). No que se refere à escolaridade, dos cerca de 15 milhões de analfabetos, observa-se a existência de 5% de jovens nessa situação na faixa de 15 a 19 anos; 6,7% na idade de 20 a 24 e 8% na de 25 a 29 anos. O IBGE também constatou que mais da metade dos jovens de 15, 16 e 17 anos, que, idealmente, deveriam estar cursando a primeira, a segunda e a terceira séries do ensino médio, respectivamente, encontravam-se ainda no ensino fundamental (4,4 milhões). Além disso, quase 60 % dos jovens de 18 e 19 anos e mais 1/3 da população de 20 a 29 anos ainda freqüentavam o ensino médio.

O Relatório "Trabalho Decente e Juventude na América Latina – 2007", realizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT traz o perfil do jovem latino-americano em relação ao desemprego, à informalidade e à inatividade. Neste sentido, aponta que cerca de 10 milhões de jovens latino-americanos entre 15 e 24 anos estão desempregados, o que equivale a 16% do total da força de trabalho nessa faixa etária, que é de 106 milhões na América Latina. Outros 30 milhões trabalham na economia informal e cerca de 22 milhões não estudam e nem trabalham.

É nesse quadro, segundo Simões (2007), que se localiza o dilema entre a tendência de garantir aos jovens um tempo maior de preparação na educação escolarizada, implicando, portanto, na suspensão provisória da inserção no mundo produtivo, e, por sua uvez, a necessidade concreta do trabalho dos jovens brasileiros como meio de aquisição das condições mínimas da cidadania.

O autor também adverte que novos olhares e significados em relação ao trabalho são construídos pelos jovens diante da quase certeza do desemprego juvenil. Nesse contexto, o trabalho aparece muitas das vezes como uma referência central entre as opiniões, atitudes, expectativas e preocupações dos jovens e com significados diversos no imaginário juvenil, tais como valor, necessidade, direito, ou mesmo busca de aquisição de autonomia familiar através do poder de consumo.

Carrano (2003) afirma que o tempo livre para a juventude não é mais uma promessa do capital. A instabilidade em que foi lançado o trabalho, vem transformando-o em existência precária e cada vez mais seu valor social e ontológico tem diminuído. Tal situação vem desenhando um quadro de incerteza social no mundo do trabalho que acentua a indeterminação da passagem do jovem para a vida adulta. Segundo o autor, esse fenômeno, que ele denomina como formador de uma "geração canguru", caracteriza-se por jovens que seguem morando com os pais e não vêem perspectivas de sair de casa, mesmo com a união conjugal ou gravidez.

Tal fato gera um sentimento de restrição bastante evidenciado, provocando uma situação de marginalidade social em função de um futuro indeterminado. A consciência da realidade do não-trabalho tem levado um número cada vez maior de jovens a manter vínculos familiares e a consolidar uma relação de dependência que retarda ou inviabiliza o seu afastamento do núcleo familiar em quase todas as classes sociais:

> A desvinculação do desenvolvimento econômico da base da ocupação regular e a conseqüente realidade da desocupação ou

> da ocupação precária transformam radicalmente as relações da juventude com o sentido do trabalho. A realidade do trabalho precário, entre trabalho e incerteza (Carrano, 2003, p. 135).

Instabilidade, precariedade, desemprego recorrente são algumas das formas de se caracterizar a situação do jovem trabalhador... É por essa perspectiva que a CUT defende o seu ingresso no mercado de trabalho de forma tardia, lançando mão do dispositivo de alongamento da inatividade, e conseqüente postergação do desemprego juvenil, sob o pretexto da necessidade de preparar esse jovem para o mercado de trabalho em condições menos desfavorecidas... Nessa direção, elege os 35 anos de idade como faixa-limite para delimitar o período de vida que classifica como " juventude".

No próximo capítulo, iniciar-se-á a discussão sobre a juventude no interior da CUT, visto ser este um grupo populacional bastante significativo que, no entender daquela Central, inserido ou não, faz parte do mundo do trabalho, razão pela qual não poderia ser excluído da organização sindical e formativa dos trabalhadores.

III. A CUT ENTRA EM CENA

A Central Única dos Trabalhadores - CUT foi fundada em 1983, resultado do Novo Sindicalismo, cujo movimento foi uma explosão de iniciativas sociais e sindicais oriundos da vontade de romper com os pilares da política econômica antipopular imposta a partir de 1964 em nosso país, iniciativa que concorreu para o resgate da democracia no Brasil. Hoje a CUT, em seus 24 anos, já atravessou as mais diversas conjunturas, acumulando experiências, defendendo os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores.

Entendemos melhor tal momento histórico ao rever relatos que descrevem o objetivo e a importância da CUT quando vista pelo olhar dos próprios trabalhadores, conforme registra o documento a seguir:

> Desde cedo ficou claro para os trabalhadores a necessidade de participar da disputa política na sociedade. A Central Única dos Trabalhadores foi fundada a partir dessa compreensão ampla, que busca eficiência na defesa dos interesses específicos da classe trabalhadora e participa, junto com os setores exploradores e a maioria da população, da construção do projeto de uma nova sociedade, justa, fraterna e igualitária: uma sociedade democrática e socialista. Os princípios básicos de organização da CUT consagram, portanto, a consciência de classe, o comprometimento com a transformação social, a independência frente ao Estado, governo e patrões, e a autonomia frente aos partidos políticos e convicções religiosas. Partindo dos interesses de classe e dos conflitos sociais propõe organizar os trabalhadores para a luta e disputar hegemonia na sociedade, para chegar às transformações capazes de garantir, de fato, melhores condições de vida e trabalho para todos. (Resolução do 6º CONCUT - Congresso Nacional da CUT, 1997, p.38).

A CUT é a maior central da América Latina desde 1997, segundo os dados da própria instituição em dezembro de 2007. Assim como a 9ª maior Central Sindical do mundo, depois da Rússia, Ucrânia, EUA, Índia, Japão, Itália, Alemanha e Inglaterra, segundo os dados da Internacional Trade Union Confederation (ITUC-CSI-IGB).

A entidade era representada, em 1997, por 2.750 sindicatos filiados, 6.028.620 sócios, ou seja, sindicalizados, e 19.451.589 trabalhadores representados na base, ou seja, representantes dos diversos ramos de atividades presentes na instituição, tais como: Educação, Metalúrgicos, Bancários, Químicos, Vestuário, Comerciários, Saúde, Administração e Serviço Público, Construção Civil, Mineiros, Alimentação, Comunicação, Urbanitários, Transportes, Autônomos Urbanos e Aposentados.

Segundo dados de dezembro de 2007, a entidade está representada por 3.326 entidades filiadas, 7.468.855 trabalhadores associados e 22.487.987 trabalhadores representados na base, sendo evidente que a Central conseguiu ampliar sua base sindical de forma crescente e significativa nos último dez anos, alcançando um índice de sindicalização de 23,9%.

Dados do Censo Sindical, produzido pelo IBGE, em 2002, indicam que a CUT congrega 66% dos sindicatos existentes no Brasil, seguida pela Força Sindical, a segunda maior Central Sindical Brasileira, que reúne 19% de sindicatos filiados.

Pochmann (2007), em recente análise, constatou que metade dos trabalhadores sindicalizados na América do Sul está no Brasil, confirmando a informação da Central e do Senso Sindical do IBGE.

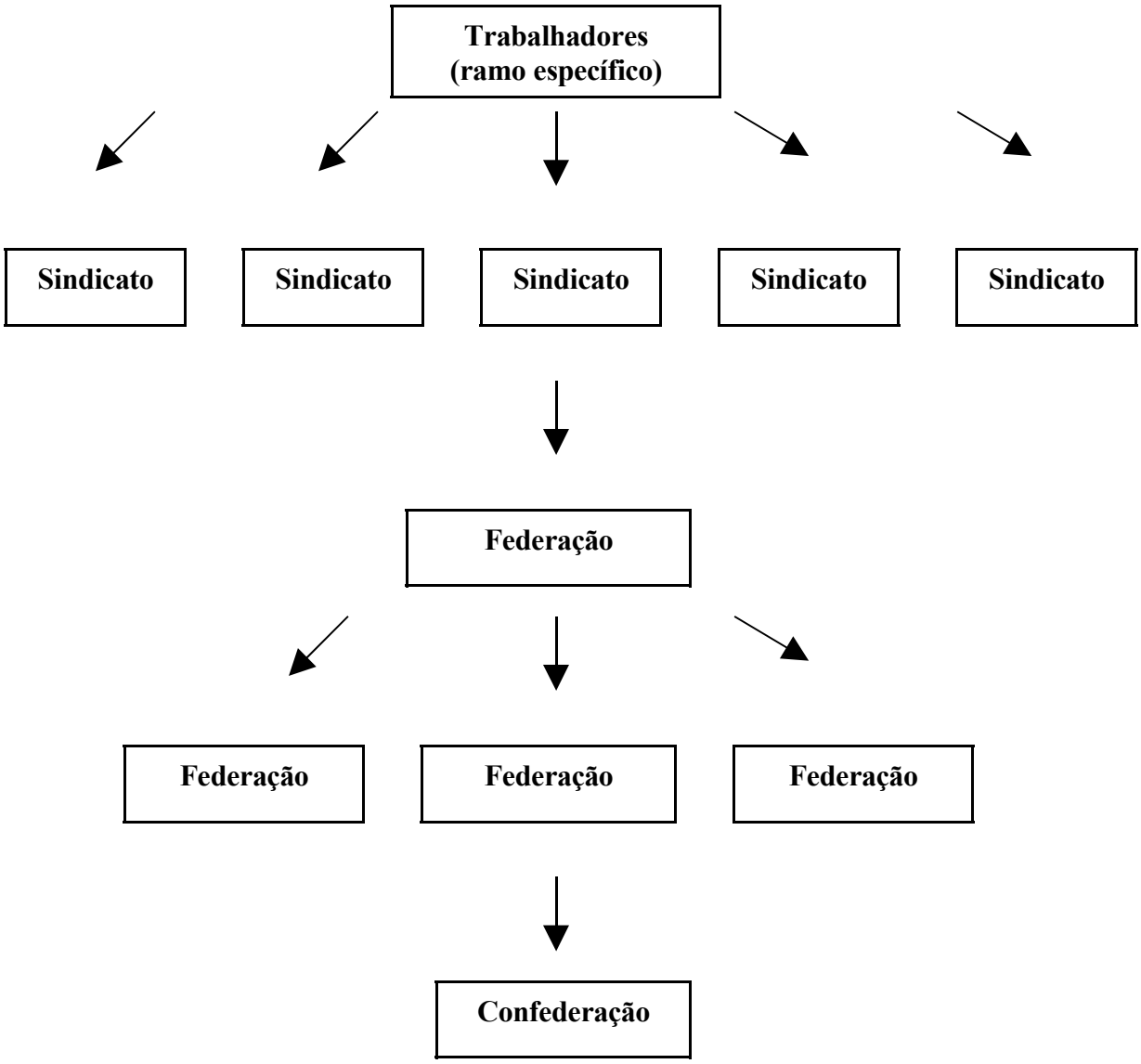
> De acordo com o estudo realizado, o Brasil passou por um crescimento do número de filiados nas décadas de 1960 a 1970, quando somou em 1977, 5,1 milhões de sindicalizados do campo e 3,5 milhões de associados urbanos. A quantidade de sindicatos atingia 4,2 mil de entidades.
>
> Entre 1979 e 1989 a taxa de sindicalização foi crescente, chegando a atingir a quase um trabalhador a cada três ocupados no país.
>
> Já entre 1989 e 1999, a filiação dos trabalhadores caiu 42,5% e o novo sindicalismo foi perdendo a importância relativa que havia obtido na representação dos interesses do mundo do trabalho.
>
> A partir da década de 2000, no entanto, o número de sindicalizados volta a crescer, principalmente puxado por trabalhadores rurais. Em 1989, os sindicalizados representavam 15,9% dos ocupados, em 2005 esse índice saltou para 18,4% (Folha de São Paulo, p. 7, 09/08/07).

A sua organização interna é dada da seguinte forma: Presidência, Vice-presidência, Tesoureiro, 1º Tesoureiro, Secretaria-Geral, Secretaria de Organização, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Formação Política, Secretaria de Política Internacional, Secretaria de Políticas Sindicais e Secretaria de Políticas Sociais.

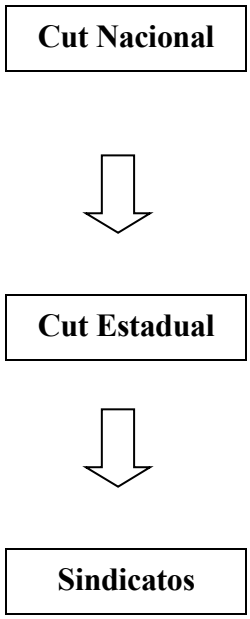
A organização da CUT se dá nos níveis vertical e horizontal. No nível vertical, estão localizados os ramos de atividades. As bases da organização vertical da Central são os locais de trabalho dentro dos ramos de atividades econômicas, buscando aglutinar as atividades em suas formas organizativas, da seguinte maneira: Organização Sindical de Base, Sindicatos, Federações e Confederações, por ramos de atividade econômica.

De forma mais específica, tais formas organizativas podem assim ser conceituadas:

- Organização Sindical de Base: são os trabalhadores organizados em seu local de trabalho;
- Sindicatos: são a representação de uma categoria por município, estado ou país;
- Federações: é o agrupamento de cada grupo de cinco ou mais sindicatos, que representem a maioria absoluta de uma categoria. A base de uma Federação é um estado.
- Confederação: três Federações podem formar uma Confederação. Sua sede deve ser situada na capital da República. Deve ser reconhecida e aprovada pelo Ministério do Trabalho e Renda e ratificado pelo Presidente da República.



No nível horizontal, estão representados todos os trabalhadores por ramos de atividades, associados a sindicatos filiados à CUT Nacional. Nas CUTs Estaduais, estão representados todos os trabalhadores por ramo de atividades associadas a sindicatos filiados à CUT naquele estado.



Internamente, a Central se organiza através das secretarias mencionadas acima, mas também por comissões para tratar das chamadas questões específicas, tais como: Comissão Nacional de Combate a Discriminação Racial, Comissão de Meio Ambiente, Comissão Nacional da Amazônia e o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora, estando vinculadas à Secretaria de Políticas Sociais. Tais segmentos são os responsáveis pela formulação de propostas de intervenção da CUT na área de políticas públicas, definindo suas propostas em reuniões, seminários, encontros etc. Uma vez aprovados nos fóruns específicos citados, essas propostas são submetidas aos fóruns deliberativos da Central.

O Congresso e a Plenária Nacional são os órgãos máximos de deliberação da Instituição. O Congresso Nacional – CONCUT - é realizado a cada três anos, quando é eleita a Executiva Nacional, representando as CUTs estaduais e a estrutura vertical.

A partir de 1990, a entidade investe nas políticas sociais, com o discurso de promover o avanço nas políticas, por questões salariais, pela garantia de emprego, mas com a promoção de ações que visem ao desenvolvimento e ao bem-estar individual e coletivo da população.

Entende-se que a CUT avançou nas políticas sociais sobretudo por volta de 1990, uma

vez que, de 1970 a 1980, com o Movimento do Novo Sindicalismo, surgem também os Novos Movimentos Sociais que com a CUT se mobilizaram pela transformação social em nosso país. Nesse sentido, Costa (2000) ressalta que foi possível captar em tais movimentos a presença de uma ética emancipatória e uma compreensão de que as lutas específicas deveriam estar associadas a um projeto mais amplo.

A união do Novo Sindicalismo com os Novos Movimentos Sociais representou, na verdade, a união de uma parcela significativa da população excluída, motivada, pela abertura política em nosso país, pela luta por direitos e igualdade.

Alonso (1995) ajuda nessa reflexão, afirmando:

> No Brasil, os movimentos sociais fazem parte de um processo social e histórico de luta e de classes no âmbito das demandas sociais (...) através dos quais as classes subalternas buscam reafirmar ou construir sua identidade social, e a identidade de seus membros como cidadãos, a partir da postulação de condições dignas de existência, colocando em evidência um novo plano de conflito: a ampliação de direitos do cidadão reconhecidos pelo Estado, e a reivindicação de autonomia, pleiteando aumento de seus direitos e contestando a forma de atendimento do Estado que busca o controle da população. (p. 77)

Mangabeira (1993) explica que a articulação do novo sindicalismo com os novos movimentos sociais tentou romper com o corporativismo imposto pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, além de promover relações mais democráticas e legítimas entre as lideranças de bases. Representou, assim, o rompimento de uma cidadania regulada, ao estender os direitos trabalhistas a todos, introduzindo mudanças na legislação trabalhista e participando da política no âmbito nacional, por intermédio da criação, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores - PT.

Segundo Cândida da Costa (2000), o surgimento e ação da CUT, por volta de 1980, inserem-se em uma conjuntura na qual a sociedade civil se empenha em lutas para a afirmação de direitos sociais, confrontando-se com o estado de negação dos direitos que caracterizou a Ditadura Militar, ação esta que deságua na inclusão de vários dos direitos anteriormente negados na Constituição de 1988.

Nesse quadro, o que significaria o conceito de "Políticas Sociais"? Na Resolução do 6º CONCUT (1997), a CUT define políticas sociais como:

> Um conjunto de ações planejadas e implementadas pelo

> Estado, combinadas com o mecanismo de controle social, objetivando o desenvolvimento, o bem-estar individual e coletivo da população. Enquadra-se aí a educação, a seguridade social (saúde, previdência e assistência), a promoção de igualdades e oportunidades, saneamento, meio ambiente, lazer, cultura , etc. (p. 53)

Segundo Schwartzman (2004), em português, a palavra "política" se refere tanto ao processo de disputa por cargos e negociação de interesses na sociedade quanto à implementação de ações governamentais específicas, na área de educação, saúde, meio ambiente, redução da pobreza etc. Os cientistas políticos da língua inglesa usam palavras diferentes para esses dois processos: "politics", no primeiro caso, e "policy", no segundo, expressão que costuma ser traduzida para o português como "políticas públicas". A tradição portuguesa e brasileira aponta para o fato de que essas duas coisas estão ligadas, sendo que uma não pode ser entendida sem a outra. O autor continua, quando formula que políticas públicas são estabelecidas pela política, mas somente a política não é capaz de transformá-las em ações governamentais específicas.

> É possível pensar em políticas sociais em três grandes tipos ou gerações. A primeira geração é formada pelas políticas de ampliação e extensão dos benefícios e direitos sociais. No caso do Brasil, ela se inicia na década de 30, com a criação das primeiras leis de proteção ao trabalhador e as primeiras instituições de previdência social e culmina na Constituição de 1988, que consagra um amplo conjunto de direitos sociais na educação, saúde, entre outras.
>
> As reformas de segunda geração que entram na agenda de preocupação do governo Fernando Henrique Cardoso e continuam no governo Luis Inácio Lula da Silva, procuram racionalizar e distribuir os recursos gastos na área social. As reformas de terceira geração seriam aquelas que buscam alterar não somente a distribuição dos gastos sociais, mas também a qualidade dos serviços prestados. (p. 76 e 77).

O conceito de cidadania, através do termo "sindicato cidadão", adotado pela Central, foi discutido e aprovado e registrado nas Resoluções do V CONCUT, realizado em 1995, Nesse sentido, segundo Cândida da Costa (2000), ao definir objeto prioritário a construção da cidadania, a ação sindical pode colaborar para a construção da consciência política dos trabalhadores, a partir de vivências concretas.

> Considerando que as demandas em torno de políticas públicas expressam por determinados setores da população, desencadeiam processos de negociação dos quais resultam respostas a conflitos decorrentes de interesses diferenciados de classe e que nesses processos marcados pelo confronto / negociação de interesses diferenciados podem se constituir espaços de aprendizado político para os trabalhadores e

> mecanismos capazes de favorecer a constituição de alianças entre os diversos setores sociais constitutivos da classe trabalhadora, o estudo da CUT no campo das políticas públicas, pode demonstrar o estágio das relações entre Estado e Sociedade no Brasil. (p. 52)

Na concepção de sindicalismo cidadão, Sandri (1994) reflete a necessidade de priorizar a formação da consciência cidadã, acrescentando que:

> O sindicalismo classista brasileiro, oposto do sindicalismo oficial, tradicionalmente se inspirou na análise marxista da luta de classe. Atualmente, várias entidades colocam como objetivo prioritário à construção da cidadania. Longe do discurso da superação do conflito de classes de várias centrais sindicais européias, esses sindicatos inovam colocando o problema na construção de uma consciência e prática da cidadania dos trabalhadores antes da consciência e luta de classes (p.50).

A CUT inicia seu trabalho de discussão sobre a juventude no mandato 1994/1997, na Conferência Nacional da Juventude Socialista, que foi considerado o primeiro passo na perspectiva de construir uma política para a juventude trabalhadora, antes não abordada pela Central. Entretanto, tal discussão deu-se de forma muito embrionária, tomando força, de fato, a partir do mandato 1997/1999.

De acordo com as deliberações do 6º CONCUT, realizado em 1997, a CUT teve como objetivo central articular políticas contra a fome, a miséria e o desemprego. Nesse Congresso, a Central avaliou que, nos anos 90, houve uma extrema carência de bem-estar social, em função da alta exclusão social, agravada pela violência, desemprego, fome, criminalidade e degradação do meio ambiente. E o jovem, segundo a Central, é colocado nesse processo. Assim, adverte que o movimento sindical não pode ficar alheio à realidade atual dos jovens brasileiros, acrescentando que não é possível falar de democracia e construir uma sociedade cidadã sem que haja um desenvolvimento econômico e sustentável, no qual os direitos sociais e fundamentais estejam garantidos a todos os segmentos sociais.

Entretanto, esse Congresso avalia que a CUT enfrenta muitas dificuldades na realização dessa tarefa política, pelo fato de o movimento sindical estar mais voltado para as questões relacionadas ao emprego e salário.

Nesse sentido a CUT, em seu 6º Congresso, delibera a necessidade de intervenção do movimento sindical cutista em assuntos antes considerados como sendo de responsabilidade do Estado, em sua totalidade.

> Quanto ao papel do estado em relação às políticas sociais, é importante notar que a realidade hoje existente impõe sua redefinição. Acostumamos a enxergar o Estado como o único agente responsável pela definição e execução de políticas. Na perspectiva de um embate mais ideológico, Estado e mercado sempre surgiram como únicas alternativas de viabilização do bem-estar social. No entanto, a dinâmica atual tem nos mostrado que outros atores sociais, podem e devem contribuir nas definições, implementações, controle e eficácia das políticas públicas. (Resolução do 6ºCONCUT, 1997, p. 54).

As Políticas Permanentes da CUT envolvendo a discussão de questões relativas às mulheres, negros, deficientes físicos, meio ambiente etc., são temas recentes no interior da Entidade. Com a juventude não poderia ser diferente. Levando em consideração os avanços da Central nas políticas sociais, constata-se que o movimento sindical foi historicamente voltado para as questões de emprego e salário, sendo pertinente detalhar, ao longo de nossa pesquisa, como tal processo foi dado do mandato de 1997 a 2006, através das resoluções de seus congressos.

Por esse caminho, o tema da juventude é colocado como pauta de prioridade no mandato 1997 a 1999, conforme denota a transcrição a seguir:

> O futuro sindical e político do Brasil depende da juventude, assim a boa formação política e sindical e seu engajamento nestas questões é a única saída para termos perspectivas promissoras para o movimento sindical, o país e o mundo, no combate à globalização, na defesa da luta de classe e na construção de uma sociedade digna e justa. (Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho - Caderno da Juventude Trabalhadora da CUT, 1997).

Nesse contexto, o qual seria a importância da formação política da CUT no cotidiano do processo educativo com os jovens? Manfrendi (1986) dá algumas pistas, quando afirma que a educação, historicamente, sempre foi ligada ao movimento sindical brasileiro.

> As práticas e experiências sistemáticas de educação ou formação sindical sempre fizeram parte da história do movimento operário-sindical brasileiro, adquirindo características e matrizes diferentes por injunção das condições gerais do próprio movimento operário-sindical, em cada período histórico. (p.52)

Desde o ato da fundação da CUT, em 1983, colocava-se de imediato a necessidade de construir um projeto político-pedagógico que não apenas respondesse às demandas imediatas de conscientização de uma militância de vanguarda, mas que atingisse o maior número de trabalhadores possível. Com essa concepção, colocava-se um desafio para a CUT, qual seja,

estabelecer uma relação entre a prática educativa e a prática política, assim como entre o processo de formação e a organização; relação esta que deveria dar conta das reflexões a propósito do "aumento do pauperismo e do subemprego, dos desequilíbrios regionais e dos níveis de desigualdade social, com a ampliação sistemática da desigualdade dos rendimentos do trabalho e na distribuição de renda nacional brasileira". (Revista Forma e Conteúdo, 1999, p. 6)

Diante cenário, como a CUT planeja tais atividades políticas-pedagógicas?

O debate sobre Trabalho e Educação no interior da Central ganha extrema relevância, sendo que Rummert (1998) nos auxilia a perceber a importância das ações políticas-pedagógicas no interior da Central, quando pontifica:

> O capital, particularmente, explicita a necessidade de que sejam efetivadas alterações significativas na educação, abarcando políticas educacionais, o funcionamento dos sistemas de ensino, bem como as concepções que lhe dão suporte, mesmo os conteúdos curriculares. Para as entidades representativas do trabalho, tratam-se predominantemente de responder as pressões das transformações tecnológicas, vivenciadas pelos trabalhadores que, pressionados por mudanças ocorridas sem sua participação... Viram-se premidos pela necessidade de preservar postos de trabalho e fazer frente às investidas do capital. (p. 25).

Na concepção liberal hegemônica, a educação é um dos instrumentos que contribuem para a construção de sujeitos sociais e políticos críticos. Portanto, um dos instrumentos de emancipação humana e transformação social. A educação, conforme aparece nos textos de resoluções de congressos e plenárias, caracteriza-se como elemento fundamental para a disputa de hegemonia na sociedade. Isso significa lutar pela implementação de uma política de formação sindical e qualificação profissional, e, ao mesmo tempo, defender a educação pública e universal como um direito social e inalienável da cidadania. (Resolução do 6º CONCUT, 1997, p. 60).

A CUT, em sua Revista Forma e Conteúdo, através de artigo escrito por Martinho da Conceição (1999, p. 6), mostra que, para alguns, a educação não passa de instrumento de equalização dos desequilíbrios sociais, na medida em que as desigualdades sociais são compreendidas como naturais e inerentes ao processo de desenvolvimento das sociedades. Para outros, as desigualdades e as diferenças são resultantes da conformação excludente da sociedade capitalista. Logo, nessa compreensão, assinala a CUT, a educação é concebida como instrumento de emancipação e constituição do sujeito crítico.

Nesse prisma, a CUT define seu olhar sobre a educação como um dos instrumentos na luta dos trabalhadores contra o capital

> A CUT considera a educação de qualidade direito fundamental dos trabalhadores, cuja importância para o enfrentamento cultural, técnico e político da reestruturação produtiva, do desemprego e da exclusão de milhares de trabalhadores, não se reduz aos cursos de qualificação profissional, mas deve estar integrada a uma política de promoção de crescimento econômico, sustentável e solidário, que permita a distribuição de renda e riqueza e reafirme o trabalho como um direito alienável do homem. (Resolução da 9ª Plenária, 1999, p. 79).

Neves (1991) afirma que havia, por parte da CUT, uma defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis e da democratização dos direitos de acesso e permanência para a maioria da população. As análises produzidas no período não davam conta da dimensão e da intensidade das repercussões das novas tecnologias e das novas formas de organização da produção sobre a vida dos trabalhadores. Com o processo de reestruturação capitalista em curso, as ações sindicais, sem uma visão estratégica de seus desdobramentos no futuro do mundo do trabalho, eram débeis e parciais.

A formação política da CUT, segundo a Revista Forma e Conteúdo (1997), significa um trabalho de educação política e cultural, tanto em seus conteúdos, suas metodologias e em seus objetivos ou intencionalidades políticas. Ao tratar de sindicalismo cidadão, aponta a necessidade do sindicato desenvolver uma sensibilidade cultural, uma ampliação do mandato político, isto é: o sindicalismo tem uma responsabilidade com os trabalhadores e com os locais de trabalho, mas também comporta uma responsabilidade com a Nação na construção de um projeto nacional alternativo, capaz de ampliar suas relações e formas de organização no campo territorial e comunitário.

Bastos (1999) ressalta que, a partir da metade da década de 1980, muito dos novos movimentos sociais, que apontam para um projeto alternativo de sociedade em construção, reorientam sua forma de atuação no sentido de uma participação em redes mais amplas de pressão e resistência. Organizam-se redes entre movimentos políticos, culturais e organizações populares, articulando sujeitos dos mais diversos segmentos, que atuam coletivamente para além de seus interesses particulares e singulares.

Do mesmo modo, Genro (1997) aponta para a necessidade de redefinição do papel do movimento sindical, a fim de se tornar mais estratégico do que antes, sendo capaz tanto de intervir politicamente como criar uma nova cultura e plantar as sementes de um novo modo de

vida num espaço contra-hegemônico, que se constitua, ao mesmo tempo, uma crítica do Estado e impulsionador de uma forma autônoma de organização da sociedade civil.

Essa afirmação faz com que reflitamos o porquê da desmotivação dos jovens em relação às instituições sociais.

> À semelhança dos demais segmento da sociedade, existe, por parte da juventude, certa descrença pelas formas tradicionais de participação, como sindicatos e partidos políticos. Entretanto, cresce o número de movimentos culturais e de lutas por direitos específicos. Se a visão sobre a atuação da classe política e sobre a forma de fazer política é negativa, a maioria dos jovens reconhece a importância do espaço político como um instrumento capaz de alavanca mudanças no país. (Pandolfi, 2006, p. 1).

O movimento/espaço sindical, através de seu processo educativo, pode contribuir, e muito, para essa formação. O papel da formação política da CUT se insere, portanto, no contexto antes descrito, pois, como afirma Frei Betto (1998, p. 52):

> A dificuldade de total adequação do saber ao real, e da apreensão da verdade totalizante, pode nos levar a nos refugiar no saber como um lugar a partir do qual tenhamos a sensação de que apreendemos a totalidade harmônica do real. Como um mundo do real é muito fragmentado, a teoria aparentemente nos dá segurança. A conseqüência disso, é que não se muda o real, mas fica-se convencido de que sabe explicá-lo e prevê-lo e até acreditando que isto é mais importante do que a própria mudança do real.

Segundo Tumolo (2002), a formação política da CUT havia se distanciado da ação sindical na base dos sindicatos, uma vez que o princípio básico da construção do sindicalismo cutista é a organização por locais de trabalho. Se esta organização não existe, ou enfrenta problemas para se implementar, evidentemente a ação formativa não atinge os trabalhadores de base e não se avança na construção dos sindicatos por ramo de produção.

> Se as entidades sindicais enfrentam problemas de sustentação financeira, provocada principalmente pelo crescimento do desemprego e do arrocho nos salários dos trabalhadores, restringe-se aos limites da ação sindical e, por conseqüência, da ação formativa e perde-se a perspectiva política de se prepararem novos quadros dirigentes para a continuidade da consolidação política da Central, num país extremamente complexo, diverso sócio-culturalmente e extenso territorialmente.

Como destacado, a CUT dá início à discussão sobre a juventude trabalhadora, de forma mais consistente, no mandato de 1994/1997, na Conferência Nacional da Juventude

Socialista, evento este considerado o primeiro passo na perspectiva de construir uma política para esse segmento específico, antes não abordada de forma sistemática pela Central.

Essa atividade reuniu jovens sindicalistas, inclusive os rurais de vários estados, como São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Amazonas, além de representantes de entidades estudantis, partidárias e movimentos sociais ligadas à juventude, como a União Nacional dos Estudantes - UNE, União dos Estudantes Secundaristas - UBES, União da Juventude Socialista - UJS e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. As propostas dessa conferência foram encaminhadas ao 6º CONCUT, para que fossem aprovadas e para que se constituísse o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora.

Dentre as referidas propostas, destacavam-se as seguintes: investimento em mecanismos de conhecimento da juventude trabalhadora; criação de programas de educação e formação sindical para os jovens, atentando-se para suas especificidades em relação à raça, gênero, opção sexual; desenvolver campanhas de sindicalização; facilitar a interação de sindicatos e a juventude e articular campanha para o fim da obrigatoriedade do serviço militar. Além destas, também destacavam-se: estimular a participação da juventude nos cargos de direção das instâncias da CUT; criar um fórum de defesa dos direitos da juventude com outras entidades que desenvolvem trabalhos com esse segmento; fazer levantamento de políticas e ações relacionadas à juventude oriunda de centrais de outros países e iniciar uma campanha de meia entrada para a juventude trabalhadora.

Essas informações anteriores foram encontradas no Caderno da Juventude Trabalhadora, intitulado “Para ganhar a experiência tem que começar pelo primeiro emprego”, formulado pela Secretaria Nacional de Políticas Sociais e pelo Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora, formado na gestão de 1997/2000, pelo 6º CONCUT. Entretanto, não há registro do número de participantes desse evento e nem se as propostas foram aprovadas. O que existe é a afirmação de se ter iniciado um processo de reflexão sobre a juventude com a realização dessa Conferência, sendo que e a mesma sinalizava um marco na construção de um espaço permanente de discussão sobre a temática.

Em termos de sua organização, o referido Caderno da Juventude Trabalhadora apresentava-se da seguinte forma e temáticas: Apresentação; Pra início de conversa; O mercado de trabalho não está para jovens; Sindicalismo e juventude - um breve diagnóstico; Formação profissional e primeiro emprego; A conferência nacional da juventude sindicalista e XlV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Como o próprio título sinaliza, percebemos

nesse documento a preocupação com a inserção do jovem no mercado de trabalho, já que o primeiro emprego foi o tema priorizado por seus organizadores na organização da publicação, como também uma preocupação em aproximar a juventude das instâncias da CUT e de seus sindicatos, pois havia a sinalização da existência de poucos jovens no cotidiano das instâncias sindicais da Central.

Em nenhum momento tal documento deixa clara a concepção de juventude da CUT, embora ofereça algumas pistas. Assim, refere-se a ela tomando como princípio a faixa etária até os 29 anos, tanto nas pesquisas que dizem respeito à composição demográfica de jovens no Brasil, quanto nos índices de jovens que participaram dos 3º, 4º e 5º CONCUT, definição esta que, na atualidade, expande-se até os 35 anos de idade.

E como a juventude entra, de fato, em cena na CUT? É essa a questão que tentaremos responder no capítulo que se segue.

IV. A JUVENTUDE ENTRA EM CENA

Com o propósito de tentar responder a indagação anteriormente formulada, analisaremos a ação da presença juvenil no interior da Central a partir dos documentos que norteiam as ações sindicais da entidade, ou seja, por meio das deliberações e plenárias dos congressos nacionais. Vale destacar que as deliberações são os resultados das discussões políticas ocorridas em congressos e plenárias. Deste modo, tentaremos compreender, a seguir, como a juventude é inserida na Central através de seus congressos, fóruns de instância máxima de seus filiados, e nas resoluções das plenárias, atividades utilizadas para avaliar as ações sindicais aprovadas em congressos anteriores.

O 1º CONCUT foi realizado no mês de agosto de 1984, um ano após a fundação da CUT, com a participação de 5276 delegados, ou seja, profissionais de diversas categorias eleitos para representar, de forma indireta, seu ramo. Encontramos o registro da necessidade de se ampliar a discussão em torno das políticas públicas nas áreas da alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, cultura e lazer.

Nesse documento (1984), já encontramos alguns indícios da necessidade de avançar nas questões políticas e sociais, tais com atestam as passagens seguintes:

> A CUT deve romper com o economicismo (preocupação só com as lutas econômicas) e se posicionar melhor sobre as diretas já, colégio eleitoral e etc. (p. 11)
>
> Lutar contra toda e qualquer discriminação contra os negros, mulheres e minoria (p. 22).

Nesse Congresso, não há menção sobre o tema da juventude, apesar da iniciação embrionária das questões a respeito das políticas sociais. Também na 1ª plenária da CUT, realizada em 1985, um ano após, não encontramos a presença de indícios da temática da juventude.

O 2º CONCUT ocorreu em 1986, no Rio de Janeiro, com a presença de 5564 delegados. Nesse momento, podemos identificar claramente a predominância economicista da Central, demonstrando a dificuldade de a entidade em romper com as preocupações imediatas do trabalhador no que diz respeito à reprodução da força de trabalho. No referido congresso, a CUT ainda não assume a responsabilidade de formulação de ações dentro da esfera da política social, embora pregue o apoio às iniciativas dos movimentos sociais.

> Apoiar, incentivar e contribuir para a organização das lutas

> populares por transporte, moradia, saúde, educação e abastecimento, desenvolvendo a sua unidade com o movimento sindical. (1986, p. 21).

Esse congresso se destaca por ressaltar a participação da mulher no movimento. Assim, é criada a Comissão da Mulher Trabalhadora, que fica subordinada à Secretaria de Política Sindical. Nessa oportunidade, também não há menção sobre o tema da juventude. A 2ª Plenária, em 1987, também não incluiu a juventude em seus debates.

Em 1988, em Belo Horizonte, ocorreu o 3º CONCUT, contando com 6244 delegados. Aqui ocorre, pela primeira vez, uma preocupação mais direta com a juventude, antes não mencionada em seus documentos.

Efetuando uma análise de conjuntura, a CUT avalia que questões econômicas provocam grandes índices de desemprego e subemprego.

> De um lado, debilitam um setor da classe trabalhadora ao destruir sua base produtiva e aumentar o desemprego e o subemprego, afetando especialmente a juventude e, em particular, a mulher discriminada pelo mercado. (1988, p. 5)

Percebemos, pela análise da CUT, uma preocupação com aqueles que seriam, em sua definição, os setores mais atingidos pela crise econômica, quais sejam, as mulheres e a juventude, sendo que a mulher, numa escala de prioridade, recebe um olhar mais atento. Tanto é assim que esse segmento já tem um olhar mais direcionado pelo movimento, a partir do momento que foi criada a Comissão da Mulher Trabalhadora.

Nesse congresso, também percebemos, pela primeira vez, no subtítulo "CUT e as políticas sociais", uma preocupação de estimular a juventude no processo de formação política e estimular sua participação no movimento sindical.

> A juventude trabalhadora enfrenta dificuldades específicas, como o desemprego prolongado, a luta pelo primeiro emprego, a superexploração a que é submetida a pretexto da falta de experiência. A CUT deve contribuir no processo de formação política da juventude trabalhadora, estimular sua participação sindical e tratar de forma específica seus problemas e dificuldades no nível de sindicatos. (1988, p. 50).

Percebe-se, por esse registro, uma preocupação inicial do movimento sindical cutista com à juventude, principalmente no tocante à sua inserção ao mercado de trabalho, assim como com uma formação política direcionada à renovação dos quadros de dirigentes na entidade. Entretanto, vale destacar que as especificidades aqui encontradas restringem-se à militância desse jovem no cotidiano do fazer sindicalismo.

Na 3ª Plenária, em 1989, a juventude não foi mencionada no título das defesas das políticas sociais, demonstrando não existir uma avaliação da proposta aprovada durante o 3º CONCUT.

A 4ª plenária, realizada em 1990, também não registrou nenhuma avaliação de ações propostas para a juventude, uma vez que o congresso anterior também não deu qualquer indicação nesse sentido.

Em setembro de 1991, acontece o 4º CONCUT, em São Paulo, com 1554 delegados Aqui encontramos registro da ampliação das reivindicações, articulando questões economicistas e de cidadania, atestando o fim da dicotomia de que ao movimento sindical cabia tratar das questões trabalhistas e, aos movimentos sociais, das questões da cidadania. Percebemos, inclusive, a ênfase da Central com a mulher trabalhadora, a partir do momento que há nesse congresso uma discussão específica sobre essa categoria nas suas resoluções, intitulada "Sobre a questão da mulher trabalhadora".

No que diz respeito ao jovem, este é analisado dentro da perspectiva da crise educacional brasileira, como constatamos a seguir:

> A escolarização da população brasileira apresenta alguns problemas muito graves, capazes de comprometer nosso futuro social e econômico. Um desses problemas é a baixa escolaridade da população. Das 27 milhões de crianças que conseguem matricular-se em uma escola, menos de 10 milhões chegam a completar as quatro primeiras séries do 1º grau e apenas 3 milhões conseguem concluir o 2º grau. Reforçando essa exclusão tão estúpida, hoje 85% dos nossos jovens entre 15 a 19 anos estão fora da escola e acabam endossando o quadro de 52 milhões de brasileiros na condição de analfabetos funcionais. Como essa situação continua a se repetir nesta década, ingressaremos no século XXI com quase 90% de nossa população tendo menos de quatro anos de escolaridade (p. 58-59)

Ao contrário do que ocorreu no 3º CONCUT, no qual a entidade explicita pela primeira vez a preocupação com a juventude, percebemos neste congresso um retrocesso conceitual, a partir do momento em que a juventude é inserida no tema Educação, dentro do subtítulo de temas específicos.

A 5º plenária da CUT, em 1992, não menciona em nenhum momento alguma reflexão em torno da situação juvenil. Da mesma forma, a 6ª plenária, em 1993, matém silêncio sobe o tema.

O 5º CONCUT foi realizado, em 1994, em São Paulo. Neste congresso, percebemos visivelmente os avanços das políticas sociais no interior da CUT, com a defesa de participação dos sindicalistas em diferentes níveis (federal, estadual e municipal). Os temas meio ambiente,

seguridade social, política anti-racista e criança e adolescente estão presentes nesse evento. O tema criança e adolescente é colocado como prioridade na Central, principalmente o trabalho infantil.

Mais uma vez, o tema da juventude não é discutido com afinco e nem priorizado, como o ocorrido há 6 anos atrás, durante o 3º CONCUT. Não por outra razão, a 7ª (1995) e 8ª (1996) plenárias, mais uma vez, comprovam, através dos seus registros, a falta de operacionalidade a respeito da temática juvenil.

O 6º CONCUT foi realizado, em 1997. Após 9 anos de discussão em torno da juventude de forma um pouco confusa, não sistemática se sem continuidade (ou seja, depois do 3º CONCUT), a CUT volta seus olhos para a juventude. Nesse congresso, o jovem é colocado como um grande aliado contra o neoliberalismo e a deterioração social. Para tanto, a CUT reflete sobre a necessidade de ampliar o trabalho junto à juventude e estreitar os laços com os movimentos sociais. E mais:

> A luta contra o desemprego deve envolver os trabalhadores, que vivem sob constante ameaça de desemprego, os jovens impedidos de ter acesso ao primeiro emprego, além dos ambulantes e trabalhadores na chamada economia informal, que têm seus direitos sociais e previdenciários sistematicamente negados. (1997, p. 42).

Nesse congresso, a juventude finalmente é colocada como prioridade na pauta das políticas sociais, tal como pode ser comprovado a partir de uma leitura e análise atentas dos trechos a seguir:

> 1 - O número de jovens que ingressam anualmente na População economicamente ativa é superior a 1,5 milhão, com uma qualificação profissional extremamente precária;
>
> 2 - A média da escolaridade apresentada pela população brasileira é superior a três anos. O fato de crianças e adolescentes desenvolverem atividades econômicas tem ocasionado o abandono da escola, o que é extremamente grave, pois impede que eles busquem melhores colocações no mercado.
>
> 3 - A qualidade do ensino público também compromete as perspectivas de nossa juventude que se vê diante de um mercado de trabalho em constante transformação e cada vez mais exigente.
>
> 4 - Além disso, a maior parte do orçamento público destinado à formação profissional continua sendo gerida e controlada por empresários que oferecem cursos nas áreas de maiores interesses do capital, desconsiderando a formação do jovem enquanto cidadão.

> 5 - O movimento sindical não pode ficar alheio a essa realidade. A CUT iniciou um processo de discussão sobre a juventude, ao realizar uma conferência nacional, com o intuito de criar um espaço permanente de intervenção sobre essa temática.
>
> 6 - Estamos propondo três formas de abordagens para a temática da juventude:
>
> - Juventude e mercado de trabalho: essa abordagem permite discutir os impactos da reestruturação produtiva em relação aos jovens e a definição de políticas de educação básica e profissional, juntamente com políticas de geração de emprego. Sobre educação profissional, é importante estar atento para o tipo de profissão que apresenta maiores perspectivas num mercado de trabalho que vem sofrendo transformações constantes;
>
> - Participação dos jovens no sindicato: essa abordagem permite um diagnóstico em relação a pouca participação de trabalhadores jovens no movimento do sindicato e a definição de estratégias com o objetivo de reverter esse quadro. É preciso identificar junto aos jovens como ampliar os espaços para a sua participação no movimento sindical;
>
> - Juventude e cidadania: o objetivo é criar um espaço de intervenção conjunta com outros setores da sociedade civil que trabalham com a questão da juventude. Essa intervenção mais ampla deve ter o objetivo de criar campanhas contra as diversas formas de exploração de nossa juventude e a luta pela implementação de políticas públicas que revertam a crescente marginalização de parte expressiva de nossa juventude. (1997, p. 128).

Vale sempre destacar que tal congresso foi um marco, porque sinalizou, de fato, e por iniciativas concretas, o retomar mais sistemático da discussão em torno das questões juvenis. Foi também nesse mandato que se formou o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora, bem como ocorreu a Conferência Nacional da Juventude, conforme já sublinhado anteriormente.

Conforme fica patente, as ações propostas para a juventude no 6º CONCUT tendem a encontrar como explicação para a exclusão do jovem do mercado de trabalho fatos de origem educacional[4], causados, entre outros aspectos, pela baixa escolarização, pela falta de qualidade do ensino público e pelo financiamento de uma educação que, antes de atender aos interesses da

[4]Apple (2000) teoriza que, atualmente, a escola pública tem recebido muitas críticas no que diz respeito às suas metodologias e objetivos políticos, reafirmando a máxima da existência de um Estado fraco e culpabilizando essa escola como um dos principais fatores responsáveis pelo desemprego. A nosso ver tal postura desconsidera uma discussão mais complexa em torno do paradigma da função social da escola pública, bem como a crise estrutural e as condições políticas que caracterizam a sociedade onde a mesma está inserida.

cidadania, atende àqueles do capital.

O discurso da CUT sinaliza a preocupação da entidade com o processo educacional, mas ainda demonstra não ter efetuado a dicotomia entre o economicismo e as questões sociais. Assim, torna-se bastante visível a sua inquietação com esse jovem no que diz respeito ao seu ingresso no mercado de trabalho e ao seu desempenho educacional visando o sucesso de sua inclusão na empregabilidade e, principalmente, a renovação de lideranças no quadro sindical cutista.

A 9ª plenária aconteceu em 1999, sendo que o tema da juventude reaparece nessa resolução como se houvesse um trabalho contínuo, sistemático e de fato concreto. Vale destacar que tais documentos são as diretrizes da CUT, sendo que não há ação nem planejamento que ocorra no interior da instituição que não sejam coordenados por eles. Nessa plenária, o tema da juventude é pautado com destaque, conforme pode ser observado na citação que se segue.

> O intenso crescimento do desemprego nos últimos anos tem atingido amplos setores da sociedade. No entanto, são nos segmentos mais jovens da nossa força de trabalho que o desemprego tem se mostrado mais intenso.
>
> A construção de uma proposta de política de geração de emprego para a juventude deve levar em consideração os seguintes pontos: ser parte integrante da política cutista de geração de emprego e renda; considerar que os jovens que já estão no mercado de trabalho ou que querem nele inserir-se apresentam especificidades, principalmente no que se refere a sexo, raça, escolaridade; estar diretamente relacionada à nossa política de educação básica e profissional; não significar flexibilização de direitos e prever uma jornada de trabalho compatível com a permanência do jovem na escola (1999, p. 132-133).

Com essa afirmação a CUT, através de seu coletivo nacional de juventude trabalhadora, apresenta, mais uma vez, a preocupação da entidade centrada quase que exclusivamente na inserção do jovem no mercado de trabalho, Desconsiderando, portanto, várias de suas especificidades, outras dificuldades e olhares sobre a vida. Vale destacar que nessa plenária, inclusive, o coletivo vai priorizar o desenvolvimento de uma campanha nacional pelo primeiro emprego, assim como a construção de uma política de geração de emprego capaz de dialogar com a juventude brasileira.

O 7º CONCUT foi realizado em 2000, em São Paulo. Nesse congresso é pautado pela análise que os anos 90 serão lembrados pela fome, miséria, desemprego e violência entre outras características perversas que vitimam os trabalhadores na luta contra o capital.

O tema da juventude reaparece quando a Central orienta o desenvolvimento das ações sindicais de forma a sensibilizar os dirigentes sindicais quanto à importância da construção de um sindicalismo que priorize a cidadania.Tal ação se concretizaria por coletivos, fóruns ou comissões de diversos segmentos, inclusive o da juventude.

O que se percebe numa análise do material produzido nesse congresso é um movimento de constante construção/reconstrução das políticas formuladas pela Central para a juventude. Assim, cada documento, cada resolução transforma-se em ações e/ou reivindicações que nos parecem estar sempre dando início a esse processo, rompendo com uma perspectiva de continuidade e sem maiores sistematizações.

A 10ª Plenária foi realizada em 2002. Nessa resolução, encontramos o texto intitulado "Os jovens e o movimento sindical", no qual é pontuado que a grande maioria dos jovens trabalhadores, vítimas do desemprego e do trabalho informal, estão fora do raio de ação do sindicato, uma vez que este ainda não representa aqueles que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho formal.

Nesse documento há uma sinalização da busca do se tentar compreender o distanciamento dos jovens com os sindicatos com a sua participação política. Também é nele que a Central realiza uma crítica bastante contundente acerca do conceito de protagonismo juvenil.

> Protagonismo juvenil é protagonizar apenas no seu micro-universo, é abandonar as chamadas "organizações tradicionais" e as lutas gerais em função das iniciativas e articulações através de projetos não-governamentais, temáticas de ação direta sobre problemas específicos, transformando os problemas individuais e umbilicais dos jovens em bandeiras de luta, em detrimento das grandes bandeiras coletivas, classistas e sociais (2002, p. 139).

O que se percebe na citação anterior é uma defesa da CUT em torno de projetos mais amplos, capazes de dar conta da leitura da realidade que nos cercam através de ações concretas. Entretanto, ao analisarmos toda a trajetória da inserção da juventude em seus documentos, percebemos que a Central acaba não seguindo sua própria orientação, no momento que enxerga e analisa o jovem, com todas as suas especificidades, apenas na condição de trabalhador, possuindo unicamente reivindicações que são comuns a outros trabalhadores. Esse pensamento concorre para negar o conceito de juventude no plural, ou seja, juventudes, termo este que, inclusive, nunca vai estar presente em quaisquer de seus seus documentos.

O 8º CONCUT aconteceu em 2003, já no primeiro ano o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mais uma vez, a CUT afirma a juventude como alvo de política social de extrema relevância, destacando a necessidade de criar espaços para a discussão desse tema. Do mesmo modo, reafirma a prioridade da criação de um programa de primeiro emprego para o jovem no mercado de trabalho.

Por essa linha, pode-se dizer que o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro emprego acabou se tornando uma conquista no que diz respeito às reivindicações da CUT. O Programa foi criado pela Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003. Esse programa foi formulado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como objetivo alcançar jovens de 16 a 24 anos de baixa renda e com dificuldades de ingresso ao mercado de trabalho.

O projeto foi implementado com uma ampla discussão com a sociedade civil. Na avaliação de João Felício, Presidente da CUT na ocasião, o Programa Primeiro Emprego é bom, pois estimula a contratação de jovens. Entretanto, ele mesmo reafirma que para ocorrer à redução de desemprego, de forma mais efetiva, seria necessária a retomada do crescimento econômico.

Além disso, também alerta para a seguinte situação "É preciso também muito cuidado, e acredito que o governo terá, para que as empresas não mandem um trabalhador embora para contratar um jovem" (Site do PT-19/05/2003). Quanto a este aspecto, na afirmação de Corrochano (2007), a inserção dos jovens é tratada como uma ameaça aos trabalhadores adultos. Assim sendo, o comentário do João Felício dá veracidade a essa afirmação. Por esta linha, torna-se imprescindível o cuidado com as palavras, pois esse tipo de declaração em nome da CUT pode criar/reforçar a imagem do jovem como de usurpador de empregos. Isto porque, em nosso entender, não existe diferença entre o jovem trabalhador e o adulto trabalhador. Ambos merecem um emprego com salários dignos e com direitos trabalhistas assegurados, caso contrário, não teremos um jovem ou um adulto desempregado, mas sim um trabalhador excluído do mercado de trabalho formal.

Na grande maioria dos documentos expostos até aqui, percebemos que a CUT classifica a juventude basicamente em duas categorias: a primeira abarcando os jovens que estão no mercado de trabalho informal, sem direitos trabalhistas garantidos e, muitas das vezes, desprovidos de qualquer segurança ou garantia mínima de sobrevivência; e a segunda, composta por aqueles que não tiveram acesso à instituição escolar, mesmo que por um período, e que devem ser absorvidos pelo mercado de trabalho formal.

Encontramos, assim, um referencial economicista muito elevado nas propostas da CUT, sobrepondo a dimensão social e crítica que a Central se propôs a fazer, em suas resoluções, até o 8º CONCUT. Sabendo-se que o desemprego juvenil é um dos mais graves problemas da sociedade na atualidade, é vital essa ação de problematizar e solucionar essa demanda social. Entretanto, o jovem não deveria ser tratado apenas com o recorte político do economicismo, ou seja, preocupando-se apenas com fatores ligados ao mercado de trabalho, mas também com questões que consistam em elaborar propostas para as juventudes, considerando que os jovens, além de trabalhadores, são estudantes, negros, mulheres, homossexuais, entre outros aspectos.

Seguindo as resoluções de tentar compreender melhor o porquê do distanciamento dos jovens do movimento sindical e o seu posicionamento político, a CUT encomendou, no ano de 2002, uma pesquisa, elaborada pela Oficina Paulo Marques da Costa - Planejamento e Pesquisa, intitulada "Projeto CUT".

A fim de ampliar o nosso olhar sobre a Central Única dos Trabalhadores, abordaremos tal estudo aqui com um olhar mais direcionado, destacando alguns dos depoimentos dos jovens entrevistados.

Inquiridos sobre o que pensam a propósito a situação total, os jovens assim responderam:

> "Os mais velhos sofrem com a limitação da idade. O Brasil é dos jovens".
>
> "Os mais novos sofrem com a falta de oportunidade".

Podemos perceber o paradoxo existente em nossa atual sociedade, uma vez que, embora persista o pensamento de o jovem ser o futuro do país, a falta de perspectivas na vida e o futuro incerto para aqueles que não conseguem entrar no mercado de trabalho em decorrência do preconceito quanto à sua faixa etária são características também dominantes.

A pesquisa revela que a diferença entre ser jovem outrora e na atualidade é profundamente marcada pela questão da falta de emprego. A maioria reconhece a empregabilidade como a grande diferença, algo que havia no passado e que não existe mais.

Os mais novos - termo utilizado na pesquisa - demonstram uma confusão entre central sindical e sindicatos. Segundo a pesquisa, estes mais novos possuem menor contato com o assunto e são mais apáticos e "mornos" ao falar do tema. Entretanto, reconhecem algumas

centrais e possuem opinião a esse respeito.

Quanto à percepção geral sobre a CUT, é revelado que os mais novos possuem uma referência histórica da entidade, como aquela que fez greves e manifestações. Enfim, consideram um nome de peso no passado. Esses jovens não sabem exatamente o que é a CUT, mas dizem que ela serve para a defender os direitos dos trabalhadores.

Os mais novos pensam que a CUT não deveria estar ligada a nenhum partido, para que pudesse defender a todos sem comprometimento. Assim, defendem, de forma veemente, a separação entre a CUT e o PT, conforme atestam as falas seguintes:

> "Ou defende o trabalhador ou fica ligada ao PT. Não pode misturar as coisas senão esquece o trabalhador e fica só no lado político".
>
> "Ela não deve apoiar o PT e nenhum outro partido. Tem que ficar neutra".
>
> "Se ela for neutra vai estar ajudando a todos".

Quanto à sua percepção sobre a greve, os entrevistados consideram a sua validade limitada, conforme explicita a fala a seguir, posicionando-se a favor de outras formas de negociação, de conversa e de protesto.

> "Se for prejudicar só o patrão, tudo bem, mas se for prejudicar a população não pode".

Ao lermos esses pensamentos e comentários, percebemos que a pesquisa "Projeto CUT" demonstra que os jovens conhecem a CUT como uma entidade que defende o trabalhador, mas que, ao mesmo, confunde-se com questões partidárias. Percebemos que esses jovens preferem a busca do diálogo, acreditando que os conflitos são resolvidos por outras lideranças que não por eles próprios.

Percebemos também que a Central, por sua vez, ao encomendar e publicizar esse tipo de pesquisa, dá um importante passo no sentido de não privilegiar somente as dimensões economicista e de empregabilidade que tradicionalmente associa à juventude, mas conhecer o perfil e o pensamento de um determinado segmento social a fim de melhor representá-lo.

V. O MOVIMENTO DE MILITÂNCIA DO JOVEM NA CUT

Como vimos no capítulo anterior, o tema da juventude foi discutido pela primeira vez na Central em 1988, durante o 3º CONCUT. Tal discussão culminou na realização da

Conferência Nacional da Juventude Socialista, ocorrida no mandato do 5º CONCUT, ou seja, no ano de 1994.

Essa conferência foi o marco da inserção da juventude no movimento sindical cutista. Os temas abordados nessa ocasião - tais como: mercado de trabalho, formação profissional, participação do jovem no movimento sindical, violência e sexualidade - foram encaminhadas ao 6º CONCUT, para que fossem aprovados, sendo finalmente constituído o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora. A discussão embrionária, iniciada em 1988, foi amadurecida por três mandatos (3º, 4º e 5º CONCUTs), totalizando quase 10 anos para que a juventude, de fato, se legitimasse no movimento sindical cutista como uma instância reconhecida.

O Coletivo Nacional da juventude trabalhadora compunha-se de jovens sindicalizados de diversas categorias, representantes de vários estados do Brasil, sendo vinculado, inicialmente, à Secretaria de Políticas Sociais da entidade. Esse coletivo iniciou seus trabalhos elaborando um documento denominado "Relato sobre a Juventude".

Nesse documento, encontramos uma análise diagnóstica a respeito do tratamento/situação das questões diretamente relacionadas à juventude dentro e fora do movimento sindical, conforme pode ser percebido nos trechos a seguir:

> Não há coletivos de juventude nas CUT'S estaduais, com exceção de São Paulo. E sempre há dificuldades financeiras apontadas no interior da entidade para assuntos direcionados à juventude, falta política destinada a esse segmento no movimento sindical e há uma nítida diminuição de interesse dos jovens nas questões políticas e sociais do país.
>
> O jovem enfrenta dificuldades ao entrar no mercado de trabalho por falta de experiência; a qualificação profissional e formação só atingem uma minoria da sociedade e quase sempre os jovens da classe média e alta. O crescimento do desemprego, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a automação afetam o jovem diretamente, tornando-o principal percentual de desempregados do país e a dificuldade do jovem em ingressar ao mercado de trabalho tem causado grande falta de perspectiva e ocasionado males típicos de faixas mais avançadas, com estresses e depressão (1997, mimeo).

A análise foi construída pelos jovens sindicalista. Isso quer dizer, jovens que vivem conflitos relacionados ao mundo do trabalho, mas que também vivem outros diversos conflitos, já que transitam no emprego, na escola, nos sindicatos, nos bares, nos clubes, enfim em outros espaços sociais. Pelo que se percebe dela, os autores atestam a sua insatisfação quanto ao fato de o tema da juventude ser tratado no interior da CUT não de forma prioritária, como exposto

em algumas resoluções da entidade, o que faz eco com a análise aqui realizada, quando se destaca a ambigüidade percebida nesses mesmos documentos, já que uma hora o tema é colocado como essencial e em outras sequer é mencionado...

Também encontramos nesse documento o desenho do perfil dos jovens inseridos no mercado de trabalho, o qual encontra-se resumido/elencado a seguir. O que pode ser imediatamente notado, através de um olhar sobre aquelas consideradas como as principais características do jovem trabalhador, não importando a natureza dessas mesmas características (isto é, impostas ou assumidas) é um quadro bastante pessimista da juventude traçado pelos próprios jovens.[5]

- Baixa qualificação profissional;
- Baixo nível de escolaridade;
- Trabalham sem carteira assinada ou em atividades informais;
- Pouca consciência política/formação política;
- São individualistas;
- Baixo índice de sindicalização e participação nos sindicatos**;**
- Não demonstram consciência de classe ou interesse pelas lutas mais amplas;
- Têm poucas perspectivas de futuro.

O documento relato sobre a situação da juventude forneceu dados para a elaboração do Caderno da Juventude Trabalhadora intitulado "Para ganhar experiência tem que começar pelo primeiro emprego", que, conforme dito anteriormente, foi o primeiro documento específico que a CUT formulou sobre o tema, tendo sido elaborado pelos jovens pertencentes ao Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora em conjunto com a Secretaria de Políticas Sociais.

Nesse documento, foram priorizadas as reivindicações para a juventude abaixo relacionadas, as quais estipulou-se chamar de "bandeiras de lutas":

---

[5] A que se ressaltar, entretanto, que em estudo realizado pela Unesco, em 2005, abrangendo jovens inseridos em diversos segmentos da sociedade, e não apenas o trabalhador, constatou-se que os jovens brasileiros se auto-identificam muito mais com características positivas do que com aquelas de cunho negativo, estando ainda impregnados de esperança e otimismo com o seu futuro (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007).

- Políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda para o segmento;
- Isonomia dos direitos trabalhistas entre várias faixas etárias e ramos de atividades;
- Criação de projetos de formação e inserção com vistas ao primeiro emprego;
- Campanha de redução da jornada de trabalho sem redução salarial, para a geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida do trabalhador;
- Luta por políticas públicas de habitação;
- Participação na luta pela reforma agrária;
- Ampliação do espaço dos jovens nas decisões políticas sindicais;
- Políticas públicas de acesso à educação de qualidade gratuita;
- Respeito pela cultura, linguagem e visão da juventude em todas as esferas, inclusive a sindical;
- Acesso à cultura e ao lazer.

Com base na análise do trecho a seguir, percebe-se que as "bandeiras de lutas", mais uma vez, expressam a preocupação com a empregabilidade e a inserção desse jovem ao mercado de trabalho formal, assumindo o mesmo posicionamento das resoluções dos congressos da CUT e demonstrando uma certa ingenuidade, uma vez que o desemprego gerado não é decorrente do preconceito, da falta de experiência, mas sim por um problema estrutural econômico de nosso país.

> A média da escolarização de nossa população é inferior a quatro anos, o que nos coloca em condições de inferioridade em relação a todos os países do Mercosul. Em função disso, a luta pela educação básica e profissional da Central deve existir uma formulação voltada para a juventude que está trabalhando, seja no mercado formal ou informal, para a parcela que se encontra desempregada e, principalmente, para os jovens que procuram o primeiro emprego (1997, p.25).

Em 2003, ocorreu o II Encontro da Juventude Trabalhadora, em continuidade às ações propostas pelo Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora. É nesse momento que também se inicia a discussão, amplamente divulgada pelo Governo Federal, sobre a implementação de políticas públicas voltadas para a juventude, tais como, entre outras: Agente Jovem, Projovem,

Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Tais programas, foram unificados em 2007, tendo sido criado o Novo Projovem. Segundo o Governo Federal, o propósito do referido Programa é fazer com que, até 2010, quatro milhões de jovens entre 15 a 29 anos de idade consigam formação profissional e tenham emprego garantido.

Nesse contexto, os jovens cutistas organizaram-se e participaram de vários espaços públicos para a elaboração de políticas públicas, com representação na Conferência Nacional da Juventude, organizada pela Comissão da Câmara Federal, em 2004, e com assentos no Conselho Nacional da Juventude. Também participaram das várias edições do Fórum Social Mundial, em 2001 e 2002, em Porto Alegre, e do Fórum Social Brasileiro, que ocorreu em Recife, no ano de 2006, corroborando a afirmação de Carrano (2203) sobre a constante elaboração de estratégias por parte das juventudes.

> Mesmo diante de graves problemas estruturais de reprodução da vida social, grupos sociais da juventude elaboram saídas criativas para as inúmeras crises de realização cultural da vida contemporânea.(Carrano, 2003, p.132).

Os jovens trabalhadores pertencentes ao movimento sindical cutista, diante dos vários desafios colocados para o segmento juvenil, ampliaram sua participação em vários fóruns tantos governamentais como os dos movimentos sociais, como forma de se expressarem e de se fazerem presentes, criando assim uma identidade, conforme atesta o depoimento a seguir:

> Naquela época éramos poucos os representantes da juventude. Mesmo assim tinham como estratégia política participar de todos os espaços de debate acerca da condição juvenil, dentro e fora do movimento sindical. (Silva e Bernardo, 2007, p. 100).

Nessa ação encontramos, segundo Melucci apud in Carrano (2003), uma ação coletiva. E esta vertente coletiva de identidade assegura ao grupo sua continuidade e permanência. Para existir um sentimento de pertencimento a um grupo é imprescindível a condição de reconhecimento do sentido na ação realizada, o sentimento de solidariedade, e não apenas uma ligação de interesses comuns.

Em 2003, na III Conferência da Política Nacional de Formação - PNF da CUT, através da Tenda da Juventude, os jovens contribuíram nos debate das possibilidades de reformulação da PNF. Essa tenda foi o marco que representou a participação juvenil na Conferência, assim como nos espaços decisórios no interior da Central.

O III Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras foi realizado em

2007, dando seqüência às propostas elaboradas pelo segmento. Nesse encontro, o Coletivo Nacional explicita a sua concepção de juventude. Vale destacar que o próprio título do encontro já realiza uma primeira diferenciação entre o segmento juvenil, no caso, pelo gênero, sendo esta a primeira vez que a juventude nomeia algum evento nestes termos.

> A condição juvenil é dada pelo fato de que os indivíduos estão vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural (Texto-Base do III Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadores).

Nessa conferência, é apontada, mais uma vez, a necessidade da urgente elaboração de políticas e planos de ações que priorizem esse público, além da necessidade de se investir no segmento juvenil, com o objetivo de promover a renovação dos quadros nos espaços de representação da Central. Cabe destacar que tais ações são as mesmas que o então iniciante Coletivo de Juventude e o então presidente Vicentinho pontuavam em 1998, no 3º CONCUT, há nove anos atrás.

Como nos outros fóruns, também encontramos a preocupação dessa instância com as políticas públicas para a juventude especialmente no tocante à empregabilidade, justificando tal prioridação com base nos alarmantes dados do desemprego juvenil no Brasil.

Confirmando a reflexão do Coletivo de Juventude, Simões (2007) afirma:

> Para jovens oriundos da classe trabalhadora, o lugar na esfera produtiva deve começar bem cedo, em virtude dos imperativos de sobrevivência e composição da renda familiar. A forma dessa inserção no mundo do trabalho segue as delineações de grande parte da classe trabalhadora no momento atual: uma escola que, calcada na subordinação ao mercado de trabalho, prepara os jovens para um emprego incerto, pois a não-oferta de postos de trabalho move contingentes de jovens para as variadas formas de trabalho, entre eles, o chamado assalariado formal, com ou sem a garantia dos direitos trabalhistas, para assim gerar a sobrevivência (p. 34).

A pauta discutida no evento vem ao encontro do que afirma Carrano (2003), quando este pontua que a ideologia neoliberal se funde com o sistema da precariedade do trabalho, da informalidade e da aceitação tácita da economia submersa, que teoriza que a saída para a desocupação juvenil estaria na possibilidade do microempresariamento da juventude; ou seja, o jovem tornar-se empresário de si mesmo, qualificando-se para um mundo de terceirizações, de demandas laborais, num quadro caracterizado pela escassez de postos de trabalho.

As propostas aprovadas no encontro foram as seguintes:

- Priorizar a formação e fortalecimento de coletivos estaduais e nos ramos;
- Realizar um seminário nacional sobre educação e trabalho para a juventude brasileira, com o intuito de organizar a pauta da juventude cutista para as políticas públicas nos diversos níveis de governo;
- Realizar um planejamento do novo coletivo, a fim de definir: I - uma política de comunicação sindical; II – a realização do seminário sobre políticas públicas de juventude; III – a relação com os movimentos sociais de juventude; IV – a campanha de sindicalização; V - a formação sindical.

Listamos aqui algumas conquistas e avanços da política juvenil na CUT. Entretanto, o Coletivo de Juventude não conseguiu a conquista da autonomia política e financeira, já que continua vinculado á Secretaria de Políticas Sociais. O grande desafio colocado para o Coletivo seria a consolidação dos coletivos estaduai,s que sofrem com dificuldades do tipo: falta de estrutura; falta de recursos; falta de jovens liberados que priorizem a militância; ausência de agenda e estratégias que fundamentam a construção de uma pauta política que oriente a intervenção da juventude sindicalista. Como proposta para a resolução dessas questões, o coletivo coloca a importância do processo de debates nacional em todas as estruturas cutistas.

Até aqui visualizamos ações e propostas em torno da juventude sindicalista da Central Única dos Trabalhadores, inclusive a trajetória de formação e de resistência a favor da efetivação de direitos sociais e educacionais dos jovens brasileiros que estão inseridos ou deveriam estar no grupo chamado de População Economicamente Ativa - PEA. Como também nos detivemos nas grandes transformações do movimento sindical brasileiro, como a inclusão do debate das políticas sociais em sua amplitude, o que propiciou melhores instrumentos de luta em torno da defesa do trabalhador, função primordial da qual nenhuma Central Sindical pode se furtar.

Em 2007, foi lançado um livro em parceria entre o Coletivo de Juventude e a Secretaria de Formação, cujo título é Juventudes em Debate. Essa obra é o resultado de um projeto de integração intitulado Juventude, Sindicalismo e Inclusão Social, iniciado em 2003 que inclui pesquisa, formação, organização sindical e debate sobre políticas públicas voltadas para o público juvenil. Nela, encontram-se artigos que retratam a concepção da CUT sobre

diversos assuntos - tais como a juventude rural, gênero e raça, a participação juvenil nos espaços sindicais e políticas públicas para esse segmento -, representado sua publicação um avanço concreto e uma contribuição do movimento sindical tanto para a juventude como para o conjunto da sociedade.

VI. ANALISANDO AS POLÍTICAS SOCIAIS E SINDICAIS PARA A JUVENTUDE TRABALHADORA

Ao analisarmos as questões juvenis nos documentos da CUT, através das resoluções e deliberações de congressos e plenárias, percebemos como se deu a construção e a afirmação desses jovens através das correlações de forças políticas existentes no interior da Central.

Considerando que o Coletivo de Juventude existe há 10 anos e que esse movimento foi pioneiro dentro da contextualização do movimento sindical brasileiro, muitos foram os avanços, mas muito ainda se tem que caminhar dentro da concepção desses mesmos jovens.

Se pensarmos que as políticas permanentes da CUT - com a presença da discussão em torno do gênero, cor/raça, previdência social, meio ambiente, homossexualismo, entre outros - são temas recentes no interior da Instituição, temos que considerar que as dificuldades existem e que esses temas não podem ser inseridos somente nos atos políticos, mas viabilizados com ações prepositivas e concretas nas formulações de políticas tanto da Central como de seus sindicatos.

Essas dificuldades são apontadas pelo próprio coletivo, quando este considera que apesar dos avanços na área das políticas sociais muitos obstáculos são encontrados na concretização de projetos políticos, pelo fato de o movimento sindical apresentar-se historicamente voltado para as questões relacionadas ao emprego e ao salário.

O jovem procura emprego, mas possui suas especificidades e temos que procurar compreendê-las. Não podemos afirmar que os jovens atualmente são despolitizados e sem consciência de classe, pois esses indivíduos transitam em diversos espaços sociais, atuando e transformando o ambiente em que vivem e se identificam.

É necessário que haja uma real comunicação entre a CUT e os seus sindicatos, para que a política formulada alcance os seus objetivos e para que ocorra um diálogo com os jovens, priorizando seus anseios e reivindicações. Para tal, essa ação não deveria ficar apenas no interior do Coletivo de Juventude e na Secretaria de Políticas Sociais, mas envolvendo toda a direção nacional e estadual, acarretando, inclusive, a formação de coletivos de juventude estaduais.

O jovem não pode ser caracterizado apenas como trabalhador, mas sim jovem e trabalhador, que muita das vezes deveria estar estudando e, por diversos motivos, acaba sendo

vítima da exclusão social. Seria interessante se a temática do primeiro emprego fosse matéria de discussão para os jovens que terminassem a educação superior, mas, infelizmente, a amior parte desse segmento ainda não tem nem acesso à educação básica...

E apesar da tentativa de rompimento com a cultura economicista do movimento sindical, o Coletivo de Juventude acaba reproduzindo essas ações, ao priorizar o primeiro emprego nas formulações de políticas públicas, como vimos em referências anteriores. Os avanços do cumprimento das resoluções, das atividades realizadas, das participações em outros fóruns (como os governamentais, por exemplo), ainda não foram suficientes para ocasionar que o coletivo "andasse com as próprias pernas".

A CUT foi fundada em 1983 e já no 2º CONCUT, realizado em 1986, as mulheres sindicalistas fundavam a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Essa comissão era vinculada à Secretaria Nacional de Políticas Sindicais, por se entender que as especificidades das mulheres deveriam ser tratadas do ponto de vista sindical. Mesmo após a criação da Secretaria Nacional das Políticas Sociais, esta comissão continuou com a vinculação anterior. Em 2003, no 8º CONCUT, tal comissão é transformada na Secretaria Sobre a Mulher Trabalhadora. Esse processo de discussão da questão da inserção das mulheres no movimento sindical, transformando-o em comissões e, finalmente, tornando-o uma secretaria, custou 17 anos de lutas, conflitos e vitórias. Note-se que na maior parte desses momentos ainda não havia a discussão em torno das políticas sociais.

A temática da juventude iniciou-se em 1988, ou seja, no 3º CONCUT, dois anos após a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, debate este que culminou na criação do Coletivo da Juventude no 6º CONCUT, em 1997, isto é, quase 10 anos depois!

Após essa criação, o debate sobre a juventude, o meio ambiente e a discriminação racial ficou vinculado à Ssecretaria de Políticas Sociais, instância criada em 1988. Entretanto, ao passo que o meio ambiente e discriminação racial tornaram-se comissões, a juventude tornou-se um coletivo. Historicamente, as comissões sempre existiram no interior da Central e alcançaram um status que lhes permitiam encontros e atividades, além de espaço de visibilidade política, inclusive em sua página virtual oficial.

Na página virtual da CUT, é possível encontrar um espaço reservado às comissões, assim como a história de luta da Secretaria Sobre a Mulher Trabalhadora. Nesse espaço, entretanto, nada encontramos sobre a juventude, assim como nas publicações realizadas não é

possível identificar a composição do Coletivo de Juventude com respectivos nomes e ramos.

Um exemplo desse fato, dessa pouca expressão da juventude dentro do espaço cutista, pode ser encontrado no referido livro Juventudes e Debate, organizado pelo Coletivo e pela Secretaria Nacional de Formação. Lá encontramos artigos escritos por educadores, assessores político-sindicais, acadêmicos e somente um artigo elaborado por um membro do Coletivo de Juventude. Assim, parece-nos ter havido uma bloqueio do Coletivo de Juventude na elaboração desse documento. Cadê a autonomia política de fato desse segmento? Cadê a autoria de seus caminhos e rumos políticos? Por que somente o presidente e o secretário de formação redigiram a apresentação de uma obra destinada a esse segmento juvenil? Por que não uma co-parceria, ou o melhor, os jovens escrevendo e falando para os próprios jovens?

No 9º CONCUT em 2006, o coletivo da juventude trabalhadora perdeu uma grande oportunidade de fazer uma política de juventude grande de fato. Nessa ocasião, havia a oportunidade de serem acrescentadas duas vagas na direção executiva da entidade, através da secretaria das mulheres e dos jovens.

A política interna e as disputas das correlações de forças internas das diversas tendências foram mais fortes que a identidade coletiva teorizada por Melucci in Carrano (2003), explicitada anteriormente. O coletivo, defendendo uma chapa no 9º CONCUT, em 2006, "abriu mão" de sua independência, não defendendo a criação da secretaria, mas colocando este possível cargo nas negociações de cargos e de grupos. É importante ressaltar que a criação de mais um cargo na direção executiva da secretaria da juventude significa mais um voto na direção e na tomada das decisões políticas da Central... Foi uma decisão política, portanto, que, ao invés de afirmar, acabou por contradizer as decisões e deliberações do III Encontro de Juventude referentes à necessidade de autonomia e de formulação efetiva de políticas sindicais para a juventude.

Foi uma opção política, sem dúvida, de uma parte das lideranças juvenis. Entretanto, temos que considerar que neste ano de 2008 a juventude faz 20 anos no interior da CUT e ainda permanece como coletivo. Levando em conta que a direção executiva possui estrutura econômica e funcional, seria uma estratégia relevante colocar como pauta de prioridade tal tornar-se uma secretaria, colocando-se de em igualdade no que diz respeito às instâncias e às hierarquias da direção sindical cutista e aí, quem sabe, ter autonomia para formular propostas e políticas, inclusive no âmbito das práticas educacionais da Central, verdadeiramente identificadas com o segmento juvenil.

VII. CONSIDERAÇÔES FINAIS

Tendo em vista, mais uma vez, o artigo 1º da Lei 9394/96, que preconiza que a educação se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, concomitantemente com a nossa CF/88 em seu art 205, pontuando o direito e o dever de toda a sociedade na promoção desse processo educativo, reafirmamos o movimento/espaço sindical como um ambiente educativo e fundamentalmente de luta em busca de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária através da luta contra a exploração da força de trabalho.

As práticas e experiências sistemáticas de educação ou formação sindical sempre fizeram parte da história do movimento operário-sindical brasileiro. É, portanto, no âmbito desse processo de educação ou formação sindical que este trabalho considera as políticas sindicais vivenciadas no interior da Central como um processo educativo relevante para todos os que neles se encontram inseridos, principalmente a juventude, lócus de nossa pesquisa, tendo como norte as legislações máximas vigentes em nosso país em torno da educação, quais sejam, a nossa Carta Magna e a legislação soberana a respeito da educação brasileira, a LDB (Lei 9394/96).

Vale destacar que este trabalho não esteve direcionado a discutir a importância da educação formal e o papel da educação não-formal, embora saibamos a existência de polêmicas em torno dessa matéria. Enfatizamos, apenas, que no momento em que a CUT inicia a descoberta e a necessidade da organização de jovens trabalhadores, está cumprindo o seu papel de entidade organizativa que se preocupa em criar novas possibilidades de intervenção política, de acordo com os objetivos que uma Central de trabalhadores se propõe a fazer.

A Política Nacional de Formação Política da CUT atua na perspectiva de articular a ação sindical à transformação permanente dos sujeitos e da realidade nas quais estão inseridos, através da incorporação e da integração de saberes e práticas advindos da educação geral e da ação dos sujeitos no mundo do trabalho e na vida como um todo (2003). Nessa perspectiva todo o processo vivenciado com a juventude é considerado um processo educativo, pois nessa concepção o jovem não é considerado apenas um jovem trabalhador, ma sim um trabalhador com suas especificidades, que deve ser respeitado como um todo, e não reduzido à concepção de um ser "vazio", que deve ser preenchido de ações politizadas e compartimentadas.

Em seu 6º CONCUT (1997), a Entidade reafirma que a educação é um dos

instrumentos que contribuem para a construção de sujeitos sociais e políticos críticos. É nessa orientação que seguem as políticas sindicais para a juventude, através de sua relação com o mundo do trabalho e nas próprias vivências de construir um estilo próprio de fazer sindicalismo e de formular políticas públicas que atendam às novas exigências e demandas de um setor significativo da população, o qual, apesar dos avanços verificados, ainda se constitui embrionário, em termos decisórios, no interior da Central.

Nessa idéia de construção, é inegável o papel inovador que a CUT trouxe para o movimento sindical brasileiro, contrapondo-se à tradição de "velhos dirigentes", de práticas sindicais em que muitos "sabem" e os recém-chegados têm muito o que aprender. Na práxis da política sindical juvenil, os jovens perceberam que para aprender seria preciso vivenciar, fazer sindicalismo e encontrar a sua própria definição de jovem trabalhador, bem como qual a ação mais eficaz para aproximá-lo do movimento sindical. Este é um processo longo de troca de experiências, onde deve prevalecer a consciência de que para haver aprendizagem é necessário ver e ouvir o outro. Ou seja, jovens e adultos sindicalistas num caminhar juntos em prol da autonomia e da construção de uma cidadania real e plena.

No que diz respeito à noção de juventude, muitos sãos as concepções em torno do tema. Consideramos, em nosso trabalho, o conceito de juventude no plural, por expressar melhor a diversidade que entendemos existir nesse segmento. Dito isto, passamos à analise do conceito recentemente assumido pelo Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora, em seu III Encontro, ocorrido em 2007, oriundo do documento de conclusão do Projeto Juventude realizado pelo Instituto Cidadania.

> A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. No contexto atual, juventude, é, idealmente o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa tornar-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participar plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processo de definição e inserção social. (Projeto Juventude - Instituto Cidadania, 2004).

Na contemporaneidade, tal conceito afasta-se cada vez mais de nossa realidade, visto que as condições econômicas não propiciam aos jovens brasileiros o rompimento dessa condição juvenil através da maturidade biológica e social e da autonomia sócio-econômica. Ou

seja, o Coletivo Nacional da Juventude trabalhadora utilizou-se de um conceito que não responde às demandas atuais da juventude, demonstrando uma ação e concepção limitada da forma de pensar e formular políticas voltadas para esse segmento.

As transformações em torno do mundo do trabalho podem ser vividas de forma significativa para toda a classe trabalhadora, mas são vistas de forma singular no âmbito da juventude trabalhadora. Peralva in Corrochano (2002) diz que enquanto a adulto ainda vive sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem ainda vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. E interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, como também da nova sociedade transformada pela mutação.

Cada vez mais os jovens dependem econômica, social e até mesmo psicologicamente de suas origens familiares, sendo que uma instituição que propõe-se a organizar esse segmento juvenil não pode omitir-se dessa realidade. Quando essa instituição é uma organização sindical, como uma central, que se origina de uma relação de trabalhadores assalariados e pertencentes ao mercado de trabalho formal, torna-se imprescindível se adequar às novas realidades e demandas oriundas das reestruturações produtivas impostas à juventude brasileira.

Essa adequação, em nossa pesquisa, significa sinonímia de respeito e de igualdade entre jovens e adultos numa relação que gira em torno do trabalho, indo na contramão das organizações compostas por jovens. Dayrell e Gomes (2007) afirmam que a juventude brasileira ainda não é encarada como sujeito de direitos, assim como não é levada a sério, não sendo considerada como um interlocutor válido, capaz de emitir opiniões e interferir nas propostas que lhes dizem respeito, o que acaba por desestimular sua participação.

Levando essa afirmação para a organização dos jovens trabalhadores no movimento sindical, reconhecemos a necessidade da identificação coletiva desse grupo em ousar e fazer-se presente nas tomadas de decisões e de construir um estilo próprio de fazer sindicalismo. Nesse sentido, formula Simões (2007), a juventude mostra diversidade e, ao mesmo tempo, desmembra-se em grupos que compartilham interesses, interagindo através de uma rede de significados e atuando na esfera coletiva dentro dos mesmos sistemas de valores.

> O espaço oferecido à participação da juventude no movimento sindical combina a vivência de práticas, não raro, contraditórias entre si, e nesse campo de contradições vai se formando uma nova geração de dirigentes sindicais (Ladosky, 2007, p. 50).

Ou seja, as ações, os movimentos vivenciados pelo Coletivo de Juventude, órgão representativo dos jovens sindicalistas, buscam tornar o sindicato um instrumento efetivo de lutas juvenis, procurando encontrar seus caminhos, sua identidade. Esse fazer sindicalismo juvenil é o que poderá abrir a possibilidade de transformação no lidar com os jovens, atraindo-os cada vez mais não apenas para a militância e para os cargos de direção, mas com a juventude de modo mais amplo.

Cocharrano (2007) destaca que o trabalho não deve ser visto apenas como sobrevivência e necessidade, mas sim como direito dos jovens brasileiros. Segundo a autora, há dimensões importantes que são apresentadas pelos próprios jovens, como realização pessoal, desenvolvimento da criatividade e assunção de novas responsabilidades.

Embora a temática da empregabilidade esteja urgente na pauta juvenil, sendo muito pertinente discuti-la no âmbito sindical, Ldosky (2007) esclarece que pra além da questão do trabalho/emprego, há outros campos nos quais se deve buscar construir espaços na interação entre a juventude organizada.

A idéia de que os jovens podem optar por diversos caminhos é complementada pela noção de liminariedade. Estes jovens vivem entre códigos de regras distintas, entre a família, a escola, a organização, a atração exercida pela rua e os grupos que o povoam. Os limites que separam a adesão entre um modo ideal e outro que foge às expectativas dominantes são tênues e nem sempre facilmente perceptíveis. (Spósito in Simões, 2007).

Carrano (2002) complementa, afirmando que esse processo é influenciado pelo meio social do qual o jovem faz parte e pelas trocas que ele realiza com esse meio. Os jovens constroem, assim, seu modo de "ser jovem", constituindo, então, a noção de juventudes, conceito com o qual enfatizamos os diversos modos de ser jovem.

A iniciativa da CUT em discutir política e propostas, de cunho e natureza inegavelmete educativos, para uma parcela significativa da população brasileira, que é a juventude, vem ao encontro da necessidade de se discutir políticas públicas pra esse segmento. Entretanto, esses jovens sindicalistas estão no processo de aprendizagem de como fazer sindicalismo, sendo jovem, criando seus próprios estilos, métodos e criando formas de aproximação de jovens com diferentes características e pensamentos.

Como vimos anteriormente, o próprio Coletivo Nacional de Juventude Trabalhadora assume que ainda não definiu que jovem trabalhador é esse, assim como a forma de aproximá-

lo do movimento sindical, espaço este extremamente importante na luta contra a exploração do trabalhador, no que diz respeito aos seus direitos sociais, mas também contaminado por "velhas práticas", traduzidas, entre outros apectos, por muitas certezas e seguranças.

Deve, portanto, ser um caminho traçado e dirigido pelos próprios jovens, sendo que nesses 20 anos de discussão em torno das políticas sindicais para a juventude, podemos dizer que o tema é tão jovem quanto os próprios jovens neles inseridos e que somente eles caminhando perceberão quais os caminhos devem ser seguidos.

Assim como percebemos que se é fato a CUT considerar o jovem como cidadão, como trabalhador que possui suas especificidades e que deve ser visto como um todo, como um ser global, é imprescindível que as políticas formuladas no interior da Central sejam assumidas por todo o conjunto da direção executiva da entidade, assim como adotadas políticas articuladas, e não tão-somente pontuais que sinalizem e apontem a necessidade de se criar apenas novas lideranças sindicais.

Entendemos que houve avanços nas formas de pensar e agir no movimento sindical brasileiro através da iniciativa da maior central sindical brasileira em organizar os jovens trabalhadores. Percebemos, entretanto, uma política social frágil, desarticulada nos níveis das políticas sindicais, de formação sindical e de cunho educacional, propriamente ditos, que desse conta da educação humanística e integradora que a CUT defende em suas instâncias deliberativas.

Os próprios jovens que organizam o movimento ainda não encontraram uma proposta capaz de enfrentar, de refletir e intervir no espaço sindical cutista frente ao maior desafio que as juventudes encontram na contemporaneidade, que é o desemprego. Acreditamos que o fato de a CUT entender que a juventude se estende até a faixa etária dos 35 anos, devido aos grandes índices de exclusão social do segmento jovem, poderia propiciar uma reformulação de políticas sociais formativas, ai incluída a sua dimensão educativa, as quais se mostrassem capazes de organizar os jovens - tanto os inseridos no mercado de trabalho formal e informal quanto os que não estão nele inseridos -, levando-os inclusive a refletir e entender os reais motivos que levam à exclusão e à precarização dos direitos sociais e trabalhistas.

Tal movimento só será concretizado quando a Central perceber que as relações de trabalho estão se transformando dia a dia e que urge a necessidade de ela assumir um compromisso político da defesa incondicional dos direitos dos trabalhadores, exercendo sua

função original, mas também assumindo novos objetivos, novos desafios. Entre tais desafios, encontra-se o de refletir o fenômeno mundial caracterizado pelo crescente número de jovens que possuem vulnerabilidades sociais. Assim, uma entidade que se auto define como cidadã deve comprometer-se, de fato, com um movimento mais amplo que alcance verdadeiramente os mais interessados, ou seja, os jovens, no lugar onde que eles mais se encontram, que é o da exclusão, resgatando-os para a cidadania e para a obtenção de sua dignidade na condição de seres humanos.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. IN Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação da ANPED, 1997.

AMBRAMOVAY, R. Os impasses sociais na sucessão hereditária na agricultura familiar: EPAGRI-NEAD,2001.

ARÍES, Philippe. L'enfant et la vive familiale sous l'Ancien Regime. Paris: Plon (1960) In: Peralva Angelina. O jovem como modelo cultural.Revista Brasileira de Educação da ANPED, 1997.

ALONSO, Luiza Klein. Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social. São Paulo: Cortez, 1995.

BERNARDO, Paula Cristina. Juventudes em Debate. Sindicalismo e Mercado de Trabalho. São Paulo. CUT Brasil, 2007.

BOURDIEU, Peierre. Espaço Social e poder simbólico. In Coisas Ditas. São Paulo, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

CADERNO DA JUVENTUDE TRABALHADORA. São Paulo. CUT Brasil, 1997.

CAMPOS, Anderson de Souza**.** Das portas fechadas: limites para a sindicalização de jovens. In: BERNARDO, Paula Cristina. Juventudes em Debate.São Paulo. CUT Brasil, 2007.

CARDOSO, Ruth Sampaio Helena. Bibliografia para a juventude. São Paulo, EDUSP, 1991.

CARRANO, Paulo C. R. Angra de tantos reis: práticas educativas de jovens tra (n) çados na cidade./Programa de Pós-Graduação em Educação, Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 1999.

CARRANO, Paulo C. R., SPÓSITO, Marília Pontes.Juventude e Políticas Públicas no Brasil. 26ªReunião da ANPED, Poços de Caldas-MG, 5 a 8 de outubro de 2003.

CARRANO, Paulo C. R. Democracia Viva. Especial Juventude e política. IBASE, jan/ mar2006.

CIAMPA, Antonio. A história de Severina e a estória de Severina, SP, Brasiliense, 1987.

CORROCHANO, Maria Carla. Outro lado: trabalho é um direito dos jovens brasileiros.Ação educativa.org.Br

CORROCHANO, Maria Clara. Jovens operários e operários: olhares sobre o trabalho.Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Vol. VI,num 119,1 de agosto de 2002.

COSTA. Cândida. Sindicalismo e Cidadania: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil. Unitrabalho,São Paulo,São Luiz,EDUFMA.2000.

CUT (1997) Resoluções do VI CONCUT. São Paulo, 13 a 17 de agosto de 1997. CUT Brasil

CUT (1999) 9ª Plenária Nacional. Caderno de Textos. São Paulo, 17 a 20 de agosto de 1999. CUT Brasil.

CUT (2000) Resoluções do VII CONCUT. São Paulo, 15 a 19 de agosto de 2000. CUT Brasil

CUT (2002). 10ªPlenária Nacional. Caderno de Textos. São Paulo, 8 a 11 de maio de 2002. CUT Brasil.

CUT (2003) Resoluções do VIII CONCUT. São Paulo, 3 a 7 de junho de 2003. CUT Brasil

DAYRELL, Juarez Tarcísio, **GOMES**, Nilma Limo**.** A juventude no Brasil.Observatório da juventude-UFMG.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico-A Situação do Trabalhador no Brasil. São Paulo, 2001.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil, **ABRAMOVAY**, Miriam, **ANDRADE**, Eliane Ribeiro.(orgs) Juventude, juventudes: outros olhares sobre a diversidade.Coleção Educação para todos, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco. 2007.

FREI BETO. Desafios à educação e movimentos sociais, Forma e Conteúdo.CUT. 1992.

FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo, Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio, **CIAVATTA**, Maria (orgs). A Experiência do Trabalho e a Educação básica, Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

GENRO, Tarso. O novo espaço público: 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista. Folha de São Paulo, 08.06.1996.

GONÇALVES. H. S. Juventude Brasileira, entre a Tradição e a Modernidade. In: ESTEVES, Luiz Carlos Gil, AMBRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane Ribeiri(orgs). Juventudes: outros olhares sobre a diveridade. Coleção Educação para Todos, Ministério da educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diveridade,Unesco.2007

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura.São Paulo. Círculo do Livro, 1982.

IANNI, Otávio. O jovem radical. Sociologia da juventude. Rio de Janeiro: Zahar (1968) In: Marques, Maria Ornélia da Silveira Marques. Escola Noturna e jovens. Revista Brasileira de Educação.Mai/Jun/Jul/Ago, 1997 e Set/Out/Nov/Dez,1997.

JACQUES In: Dicionário Crítico Trabalho e Tecnologia, Vozes, Rio de Janeiro, 1997.

LINHARES, Célia F. S. A escola e seus profissionais: Tradições e contradições. Ver. Atual.Rio de Janeiro, 1997.

MANFRENDI. Silvia Maria. Educação entre o conformismo e crítica. Loyola. 1986.

MANNHEIN, Karl. Sociologia.(1982) In: CARDOSO, Ruth Sampaio Helena. Bibliografía para a juventude (1991)

MANGABEIRA, Wilma. Dilemas do "novo sindicalismo". Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOC, 1993.

MARGULIS, M. Urresti. La juventud es Más que una Palabra. In: ESTEVES, Luiz Carlos Gil, ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane Ribeiro (orgs). Juventude: outros olhares sobre a diversidade

MARQUES, M. Ornélia da S. Escolas noturnas e jovens. Juventude e contemporaneidade. Revista brasileira de Educação, 1997.

MARX, K. O capital. 7.ed.São Paulo:Difel,1982.

MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais In Juventude e contemporaneidade, Revista Brasileira e Educação da ANPED, 1997.

MINAYO. Maria. C. de Souza. Fala galera: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond/UNESCO/CLAVES/FIOCRUZ, 1999.

MOLINA, Helder. Metamorfose capitalista e educação dos trabalhadores: a travessia contraditória. (Uma análise da política de formação da CUT e do programa Integrar no Rio de Janeiro). Dissertação de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da UFF-2004-RJ.

NEVES, L.M.W. Educação e política no Brasil de hoje. São Paulo, Cortez. 1994

PANDOLFI. Dulce. Democracia Viva. Especial Juventude e Política. Rio de Janeiro,Jan/Mar/2006.

PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. In; Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação da ANPED, 1997.

POCHMAN, Márcio. A Batalha pelo Primeiro Emprego: perspectivas e situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POCHMAN, Márcio.Políticas de emprego e renda no Brasil; algumas considerações. **In:** BÓGUS, Lúcia, PAULINO, Ana Yara (org).**Políticas de emprego**, **políticas de população e direitos sociais**.

POCHMAN,Marcio**.**Crescimento da sindicalização entre trabalhadores terceirizados estão enfraquecidos.Folha de São Paulo-09.08.2007.

PRINCÍPIOS. Davos x Porto Alegre. A resistência do Neoliberalismo. São Paulo. Fev.mar.abr. 2001.

ROSSI, Walter Gonçalves. Pedagogia do Trabalho -Caminhos da Educação Socialista. Vol 1. Editora Moraes,São Paulo,1981.

RUMMERT, Sônia Maria. Educação e Identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo, Xamã,2000.

RUMMERT, Sônia. Maria. Capital e Trabalho: Convergências e Divergências Quanto à educação Básica In: Trabalho e Educação, Revista do NETE (UFMG)Ago/dez, 1998.

SABÓIA, Lúcia Helena. Movimentos Sociais.São Luiz. UFMA, 1996.

SANCHIS, Enric. Da escola ao desemprego. Agir, 1999.

SANDOVAL. Rodrigo Parra. Ausência de futuro: la juventud colombiana. Revista de la CEPAL. Santiago del Chile(1986) In: Marques,M. Ornélia. Revista Brasilera de Educação, 1997.

SANDRI, Adriano. Sindicalismo em tempos de qualidade total. Belo Horizonte. SINDIELETRO, 1994.

SAVIANI, Dermeval. In Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar, Petrópolis: Vozes, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza.Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2004.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil-anos 90. Autores Associados, 2002.

SPÓSITO, Marília Pontes. Juventude, tempo e movimentos sociais. In Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação da ANPED, 1997.

SPÓSITO, Marília Pontes. **SILVA**, Hamilton H. C. **SOUZA**. Nilson. A Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. Revista Brasileira de Educação. Maio/agosto-2006.

TUMOLO, Paulo Sérgio. A CUT e a formação profissional: um esboço de uma análise critica, trabalho e crítica, GT Trabalho e educação, ANPED,n 1, setembro, RJ, 1999.

VASCONCELOS. Augusto.Castro, Mary Garcia.Juventudes e Participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ESTEVES, Luiz Carlos Gil, ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane Ribeiro (orgs). Juventude, juventudes: outros olhares sobre a diversidade.Coleção Educação para todos, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco. 2007.